

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com CNPJ 00.495.116/0001-49

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90014/2025 (Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 25)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2025 TERMO DE REFERÊNCIA Nº 022/2025

A Agente de Contratação da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ comunica que realizará a Dispensa de Licitação na modalidade **ELETRÔNICA**, TIPO **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, MODO DE DISPUTA **ABERTA**, conforme descrito neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos, e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e a Lei Municipal nº 1.582/2020 e suas posteriores modificações.

1 - DO OBJETO

1.1 - Prestação de serviços de desenvolvimento e implantação de sistema web do portal oficial da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ com layout exclusivo; migração de contas de e-mails, migração de conteúdo, inserção e tratamento dos dados iniciais para o sistema; locação de servidor de hospedagem; configuração e disponibilização de plataforma de e-mail corporativo/institucional; locação de licença de uso de ferramentas para atualização de dados online; manutenção e suporte técnico do sistema, servidor e webmails; serviço de design gráfico para criação de banners para o site e mídias sociais; serviço de atualização e inserção de conteúdo contínuo; gerenciamento e controle do sistema web do portal oficial da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ, vinculada ao Poder Legislativo Municipal de Bom Jardim/RJ, em atendimento à lei de acesso à informação, à lei de transparência, à lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, ao marco civil da internet, ao código de defesa do usuário de serviços públicos, à lei geral de proteção de dados pessoais e lei do governo digital, à legislação municipal correlacionada, aos órgãos de controle externo e ao público em geral.

1.2 – A natureza dos serviços e suas respectivas quantidades estão discriminados na planilha abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|---|---------|------------|
| 01 | Prestação de serviços de desenvolvimento e implantação de sistema web do portal oficial da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ com layout exclusivo; migração de contas de e-mails, migração de conteúdo, inserção e tratamento dos dados iniciais para o sistema; locação de servidor de hospedagem; configuração e disponibilização de plataforma de e-mail corporativo/institucional; locação de licença de uso de ferramentas para atualização de dados online; manutenção e | MESES | 12 |
| | suporte técnico do sistema, servidor e webmails; | | |



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

serviço de design gráfico para criação de banners para o site e mídias sociais; serviço de atualização e inserção de conteúdo contínuo; gerenciamento e controle do sistema web do portal oficial da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ, vinculada ao Poder Legislativo Municipal de Bom Jardim/RJ, em atendimento à lei de acesso à informação, à lei de transparência, à lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, ao marco civil da internet, ao código de defesa do usuário de serviços públicos, à lei geral de proteção de dados pessoais e lei do governo digital, legislação municipal à correlacionada, aos órgãos de controle externo e ao público em geral.

- **1.3** O objeto se iniciará na data de assinatura do respectivo contrato, juntamente com a emissão da nota de empenho e se extinguirá no prazo de 12 (doze) meses.
- **1.4** O contrato poderá ser prorrogado, por até igual período, conforme conveniência e oportunidade da administração pública, desde que mantida a vantajosidade do contrato.
- **1.5** O Portal deverá atender todas as exigências das Legislações pertinentes, especialmente a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação); Lei Federal nº 10.098/2000 (Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida); Lei Complementar Federal nº 131/2009 (Determina a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios); Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto Brasileiro de Inclusão), Lei Federal nº 13.460/2017 (Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos); Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD); Lei Federal nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital); bem como da legislação superveniente (inclusive local) que tenha pertinência ao objeto licitado.
- **1.6** Como a maior parte dos serviços envolvendo as plataformas já se encontram prontas dos fornecedores, sem relevantes desenvolvimentos sob medida, a entrega deverá ocorrer em até **05** (cinco) dias úteis, a contar do início da contratação, contemplando os seguintes serviços:
 - **1.6.1 -** Migração de e-mail;
 - **1.6.2 -** Migração de dados do portal;
- **1.6.3 -** Migração de dados das ferramentas de comunicação, ouvidoria, sistema integrado de informações ao cidadão SIC e zeladoria;
 - **1.6.4 -** Disponibilização de aplicativos Apple e Android;
 - 1.6.5 Entrega e configuração do novo ambiente de comunicação;
 - **1.6.6** Entrega e configuração do novo portal;
 - 1.6.7 Entrega e configuração do novo servidor de e-mail;



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

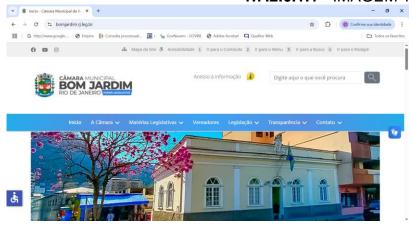
1.7 - REQUISITOS GERAIS DO SISTEMA:

- **1.7.1 -** As características básicas para o desenvolvimento do site deverão compreender:
- **1.7.1.1** Acessibilidade e atendimento às necessidades dos usuários com deficiência visual, auditiva e física;
- **1.7.1.2 -** Acessibilidade e atendimento às necessidades dos usuários de dispositivos móveis;
 - **1.7.1.3** Acessibilidade por diversos navegadores web;
 - **1.7.1.4 -** Experiência visual agradável, dinâmica e intuitiva;
- **1.7.1.5 -** Deve manter-se online, acessível e estável 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana;
- 1.7.1.6 Não poderá solicitar a instalação de nenhum tipo de complemento ou extensão para o funcionamento do Website ao usuário, nem mesmo senha para acessar as informações classificadas como transparência ativa;
- 1.7.1.7 Adicionalmente às demais características, o desenvolvimento da solução de Website deverá permitir uma alta colocação no ranking de resultados dos sistemas de busca.
- **1.7.2 -** Constituem requisitos mínimos e obrigatórios para o desenvolvimento do site:
- **1.7.2.1** Aplicação dos conceitos de arquitetura da informação, design de interface, interação e usabilidade, dentre eles a Cartilha de Usabilidade (ePWG Padrões Web em Governo Eletrônico);
- 1.7.2.2 Aplicação dos conceitos de acessibilidade para web, dentre eles o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG 3.1 ou superior);
- **1.7.2.3 -** Possuir versões diferentes para computadores desktop, tablets e smartphones, ou conter layout responsivo, garantindo assim grande experiência de visualização e navegação mesmo quando redimensionado ou quando visualizado em telas de diferentes resoluções:
- **1.7.2.4** Aplicação de padrões de boas práticas de desenvolvimento web, dentre eles a Cartilha de Codificação (ePWG Padrões Web em Governo Eletrônico) e Web Standards (W3C World Wide Web Consortium), garantindo assim padronização de manutenção posterior;
- **1.7.2.5 -** Compatibilidade com os navegadores web Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge, Safari e Opera;
- **1.7.2.6 -** Criação e desenvolvimento de identidade visual exclusiva, não utilizando-se de modelos pré-formatados (layout exclusivo);
- **1.7.2.6.1 -** O site deverá manter a padronização atualmente adotada, com o layout constante no endereço https://www.bomjardim.rj.leg.br/, do qual assim consta:



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com CNPJ 00.495.116/0001-49

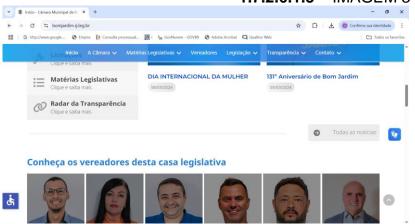
1.7.2.6.1.1 - IMAGEM 1



1.7.2.6.1.2 – IMAGEM 2



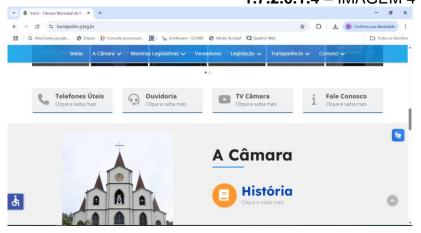
1.7.2.6.1.3 - IMAGEM 3





Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com CNPJ 00.495.116/0001-49

1.7.2.6.1.4 - IMAGEM 4



1.7.2.6.1.5 - IMAGEM 5

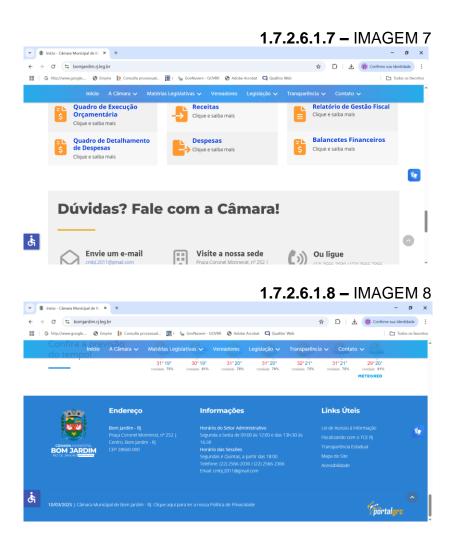


1.7.2.6.1.6 - IMAGEM 6





Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com CNPJ 00.495.116/0001-49



1.7.2.7 - Desenvolvimento em plataforma de gerenciamento de conteúdo do Web site, com possibilidade de autonomia e flexibilidade para posteriormente abrigar itens não previstos, a fim de facilitar a experiência de manutenção;

1.7.2.8 - O Website deverá organizar os menus de maneira dinâmica.

1.7.3 - O site deverá permitir a publicação de notícias, sessão extraordinária, ordem do dia, audiências públicas, entre outras, onde serão lançados os textos, imagens, vídeos e outros arquivos, sem limite de armazenamento.

1.7.3.1 - Todo o conteúdo do Portal deverá atender à Lei Federal nº 12.527/2011 e à Lei Federal nº 13.460/2017, no quesito acessibilidade:

1.7.3.1.1 - Versão ao contraste;

1.7.3.1.2 - Versão para pessoas com deficiência visual, disponibilizando ferramentas que permitam a navegação em áudio em todo o conteúdo publicado no portal;



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

1.7.3.1.3 - Versão para leitura em Língua Brasileira de Sinais - Libras, disponibilizando ferramentas que permitam a navegação em Libras em todo o conteúdo publicado no portal.

CNPJ 00.495.116/0001-49

1.7.4 - O layout deverá proporcionar:

- **1.7.4.1** Website dinâmico, construção de página com design exclusivo para a CONTRATANTE, que comporte os serviços prestados pelo portal, com layout responsivo, personalizável e ajustável às telas dos aparelhos atualmente existentes no mercado (computadores, notebooks, smartphones e tablets);
- **1.7.4.2 -** Sistema de Pesquisa Avançada, incluindo assunto, categoria ou palavra-chave;
- 1.7.4.3 Todo o site (incluindo menus, arquivos internos e notícias) deve estar configurado para ser apresentado com URL amigável (links curtos) e optimização para melhoramento no ranking de pesquisas;
- **1.7.4.4 -** Possibilidade de criação de hyperlinks em qualquer módulo, estrutura, menu do site ou incorporado em algum formulário ou texto;
- 1.7.4.5 Possibilidade de incorporação de outros sítios eletrônicos dentro do Portal (embed code, via código html) e de formulários do Google (ferramenta Google Forms), sem a necessidade de redirecionamento para link externo;
- **1.7.4.6** Possibilidade de edição de textos explicativos nos arquivos e módulos, incluindo a criação, edição e configuração de planilhas internas para configuração de controles de tramitação de processos administrativos promovidos pela Câmara Municipal;
- **1.7.4.7** Possibilidade de inserção de vídeos e imagens em diversos formatos, incluindo, no caso de imagens, a inserção de pop-ups para anúncios urgentes na página inicial do Portal, bem como a inserção de gifs animados.
- **1.7.5** A solução deverá contar com os seguintes módulos e suas respectivas funcionalidades:
- 1.7.5.1 DESTAQUE PÁGINA PRINCIPAL Módulo do gerenciador de conteúdo, que permitirá a seleção de quais conteúdos serão exibidos na página principal do site público e qual será a ordem de distribuição das informações, seleção das matérias, os serviços, os eventos, as imagens e outros tipos de conteúdo cadastrados previamente no banco de dados, seleção de matérias, obras e licitações que vão ficar em destaque nas respectivas páginas, entre outros;
- 1.7.5.2 NOTÍCIAS E ARTIGOS Permitirá a publicação de textos com todos os tipos de informações (notícias, dados sobre perfil da organização etc.) e a associação a eles dos mais variados recursos tais como: multimídia, arquivos para download e enquetes;
- **1.7.5.2.1 -** Através deste módulo serão exibidos as informações institucionais, notícias, resultados de programas de interesse público, entre outras;
- 1.7.5.2.2 Ainda junto ao texto, deverá ser possível exibir imagens, significado das palavras integrado ao módulo DICIONÁRIO e links de acesso a outras páginas de internet ou a outras áreas do próprio website, além de apresentar arquivos para download e recursos de mídia associados (galeria de imagens, áudio e vídeo





Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

E-mail: cmbj.2011@gmail.cor CNPJ 00.495.116/0001-49

1.7.5.2.3 - Junto à matéria também deverá ser possível relacionar outras publicações, estimulando o cidadão a dar continuidade à leitura;

1.7.5.3 - CONTAS PÚBLICAS - Este módulo deverá permitir a publicação de relatórios e anexos previstos na Lei Complementar Federal nº 131/2011 (Lei de Transparência), Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei Federal nº 9.755/1998 (Publicação das Contas Públicas na Internet) de forma ágil e transparente;

1.7.5.3.1 - Deverá permitir consultar dados da execução orçamentária e financeira, bem como relatórios disponíveis na página ou buscar alguma informação específica, filtrando-os por tipo, período e ano, além de permitir escolher nesta pesquisa o número de relatórios que serão exibidos entre os resultados;

1.7.5.4 - DOWNLOADS - Deverá manter a publicação de arquivos para livre transferência, como avisos de dispensa eletrônica e demais informativos, de forma que facilitem o acesso da população a estes documentos;

1.7.5.4.1 - Os arquivos para livre transferência deverão ser exibidos com uma pequena descrição, informação sobre tamanho e data em que foram inseridos no website;

1.7.5.4.2 - Deverá permitir que os arquivos sejam organizados por categorias e até subcategorias, para facilitar a busca;

1.7.5.4.3 - Deverá atender às exigências do art. 7°, Incisos VI e VII, e art. 8°, § 1°, Incisos II, III, da Lei Federal n° 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

1.7.5.4.4 - Cada arquivo inserido no Website deverá constar a data de publicação e o respectivo número de downloads, facilitando a geração de estatísticas sobre arquivos com maior número de downloads pelos usuários;

1.7.5.5 - AGENDA DE EVENTOS - Deverá permitir a publicação das informações completas de eventos com detalhes e imagens. Deverá permitir que a cada item da agenda possa conter a descrição completa do evento, valores de ingressos quando for o caso, uma foto de destaque e outras de edições passadas, ou de eventos semelhantes, dispostas em galerias. Em eventos de maior duração, deverá ser possível ainda acrescentar a descrição das atividades a serem realizadas por dia;

1.7.5.6 - ÁUDIO E VÍDEO - Este módulo deverá permitir a disponibilização de arquivos de áudio e vídeo, enriquecendo com interatividade as informações passadas ao cidadão. Os arquivos de áudio e vídeo deverão ser exibidos com uma pequena descrição, a data em que foram inseridos no website e deverão ser reproduzidos diretamente no navegador;

1.7.5.7 - MÓDULO OUVIDORIA - Possuir recurso que dê provimento ao envio de manifestações ao Contratante (ainda que mediante integração a outros sistemas informatizados ou soluções utilizadas pela Contratante), armazenando-as em repositório único mantido pelo website, constituindo um serviço de ouvidoria eletrônica, a ser disponibilizado na área pública, em página web específica, cujo layout estará submetido ao design prévio, e, os conteúdos da página,

1893 1929

Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

que deverão orientar sobre o funcionamento da ouvidoria e, quando se aplicar, conterão links para acesso aos demais Módulos de Serviço do website, estarão submetidos ao gerenciamento empreendido pelos usuários responsáveis; Possuir editor de textos integrado, para gerenciar a incorporação dos conteúdos da página web que conterá as orientações sobre o serviço de ouvidoria;

1.7.5.7.2 - Gerenciar a incorporação de um link de acesso, para ser exibido na página web de orientação sobre o serviço de ouvidoria, para as perguntas e respostas frequentes;

1.7.5.7.3 - Gerenciar a incorporação de um link de acesso, para ser exibido na página web de orientação sobre o serviço de ouvidoria, para o Guia de Serviços;

1.7.5.8 - ATENDIMENTO ELETRÔNICO SIMPLIFICADO - Deverá permitir criar um canal direto de comunicação entre a instituição e o cidadão com ferramenta de formulário de contato simplificado. O módulo ATENDIMENTO ELETRÔNICO deverá permitir que o cidadão envie suas solicitações à instituição de forma individualizada destinada ao setor desejado previamente cadastrado no sistema e assim receber diretamente a resposta pelo e-mail informado no formulário;

1.7.5.9 - FAQ (FREQUENTANSWERANDQUESTIONS) - PERGUNTAS E RESPOSTAS FREQUENTES - Deverá permitir a organização das perguntas mais solicitadas à instituição e suas respectivas respostas, disponibilizando-as no website para todos os cidadãos;

1.7.5.9.1 - As FAQ's deverão ser exibidas numa listagem que poderá ser filtrada pela categoria desejada;

1.7.5.9.2 - Deverá atender à exigência do Art. 8°, § 1°, Inciso VI, da Lei Federal n° 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

1.7.5.10 - FRASES - Este módulo deverá permitir divulgar curiosidades e outras informações, em textos curtos que se alternam automaticamente na página principal do website;

1.7.5.11 - GALERIA DE IMAGENS - Deverá permitir apresentar imagens com temas semelhantes em galerias e facilitar a busca do cidadão. Deverá permitir que um conjunto de fotos esteja reunido numa mesma galeria e cada imagem seja exibida em miniatura do lado da pop-up que se abrirá. A galeria deverá oferecer ainda recursos como exibição de imagem de destaque e informações sobre a imagem ampliada (autor, tamanho, dimensões, data de inserção, descrição da foto);

1.7.5.12 – LEGISLAÇÃO

1.7.5.12.1 - Deverá permitir disponibilizar ao cidadão as leis, decretos, portarias e outros atos normativos da cidade, para livre consulta. A legislação deverá ser exibida para consulta e livre transferência para mídias locais conectadas ao computador, permitindo pesquisar por categorias, número, ano, autoria, palavras chave ou período, entre outros campos, além de ser apresentada em url amigável/link curto, como no exemplo: https://www.bomjardim.rj.leg.br/legislacao/leis-ordinarias;

1.7.5.12.2 - Permitir, incorporação de categorias e assuntos padronizados para classificação das legislações, e, além disto, que uma determinada legislação possa ser relacionada a um ou mais assuntos e, ainda, que





Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

uma legislação possa ser vinculada a uma ou mais legislações com as quais se relaciona;

1.7.5.12.3 - Permitir incorporação junto à legislação, um arquivo da extensão PDF, contendo a íntegra da legislação, sem limite de tamanho;

1.7.5.12.4 - Permitir pré-visualização (preview) do conteúdo dos arquivos incorporados às legislações, sem a necessidade efetuar o download dos mesmos;

1.7.5.12.5 - Possuir editor de textos integrado, para gerenciar os conteúdos das legislações;

1.7.5.12.6 - Permitir a consulta das legislações relativas a palavras, frases ou termos específicos, compostos por qualquer conjunto de caracteres, inseridos nas ementas das legislações, e, ainda, ser possível produzir consultas parametrizadas, relativas ao seguinte: (1) números das legislações; (2) anos das legislações; (3) tipos das legislações;

1.7.5.12.7 - Proporcionar a visualização, em face dos parâmetros informados, de todos os dados relacionados as legislações resultantes da consulta;

1.7.5.12.8 - Permitir a consulta das legislações incorporadas ao repositório do website, através da área pública, de forma parametrizada, em face do seguinte: (1) números das legislações; (2) anos das legislações; (3) categorias das legislações e, ainda, em razão da informação de palavras, frases ou termos específicos, compostos por qualquer conjunto de caracteres, que se deseje consultar no conteúdo das legislações, sendo permitido também parametrizar o local em que a consulta irá atuar, através da seleção de um ou mais entre os seguintes locais: (1) as ementas das legislações; (2) os arquivos da extensão PDF incorporados às legislações; (3) o conteúdo HTML das legislações e; (4) os resumos das legislações;

1.7.5.12.9 - Permitir a visualização ou impressão de página individualizada de publicação da legislação, de modo a se comprovar sua publicação oficial no Website:

1.7.5.13 - INFORMAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA (LINKS

ÚTEIS)

1.7.5.13.1 - Deverá permitir a disponibilização de links de outras páginas eletrônicas relacionadas à administração pública e outras páginas de interesse da comunidade (tais como horários de ônibus, endereços de postos de saúde, serviços de hotelaria, etc.). Deverá permitir que sejam exibidos numa lista e que sejam filtrados por categorias;

1.7.5.13.2 - Deverá permitir a criação de links em qualquer área do site seja notícia, detalhes de arquivos para download, galeria de imagens, menus, processos seletivos, leis, etc;

1.7.5.14 - ORGANOGRAMA / ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Deverá permitir mostrar aos cidadãos como as unidades da instituição estarem distribuídas e organizadas hierarquicamente e, por meio de um esquema semelhante a uma árvore, o organograma deverá apresentar a organização hierárquica das unidades administrativas. Deverá exibir informações sobre a unidade tais como tipo,



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

endereço e telefone e ainda permitir fazer download da representação gráfica do organograma/estrutura organizacional da Câmara Municipal, em local de fácil identificação no site. Deverá atender à exigência do Art. 8º, § 1º, Inciso VI da Lei 12.527 Lei de Acesso à Informação;

1.7.5.15 - INFORMAÇÕES ÚTEIS - As informações úteis deverão ser listadas no website e agrupadas por categorias, permitindo a visualização de informações sobre a unidade do órgão tais como descrição, telefones e endereço. Deverá atender à exigência do Art. 8°, § 1°, Inciso VI da Lei 12.527 Lei de Acesso à Informação;

1.7.5.16 - BANNERS - Deverá permitir a publicação de imagens em JPG, PNJ, GIF ou pequenos arquivos em Flash sobre eventos, campanhas, avisos, informações ou demais necessidades da CONTRATANTE;

1.7.5.17 - LICITAÇÕES

1.7.5.17.1 - Deverá permitir a disponibilização das informações e trâmites sobre os processos de compras, permitindo a indexação de arquivos, como editais, impugnações, resultados, contratos etc., além de pesquisa e download desses arquivos. Deverá atender à exigência do Art. 8º, § 1º, Inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

1.7.5.17.2 - O sistema deverá permitir o cadastro de ilimitadas licitações, com cadastro de modalidades, cadastro de tipos de arquivos (Ex: retificação, termo de referência...) e áreas de interesse para facilitar a organização dos conteúdos no Portal;

1.7.5.17.3 - O cadastro do edital no sistema deverá ser de maneira simples e objetiva, com os campos necessários já pré-estabelecidos da seguinte maneira; modalidade, nome, data e hora de publicação, data e hora da sessão, local, número da licitação, número do edital, número do processo, objeto, arquivo do edital e demais arquivos;

1.7.5.17.4 - O sistema deverá permitir o cadastro para visualização do edital de licitação de maneira que seja possível aos administradores do sistema visualizar os usuários que baixaram o edital, enviar e-mails com notificações sobre o edital;

1.7.5.18 - SELEÇÕES PÚBLICAS (CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSOS SELETIVOS)

1.7.5.18.1 - Deverá permitir a disponibilização de todas as informações acerca de processos seletivos e concursos públicos realizados pela administração num espaço único e organizado, em atendimento às exigências da Lei e dos órgãos de controle externo (Tribunal de Contas e Ministério Público), contendo a seguinte url: https://www.bomjardim.rj.leg.br/transparencia/concursos-publicos;

1.7.5.18.1.1 - Possuir recurso que possibilite à administração divulgar todos os processos seletivos e concursos públicos realizados, por meio do Portal;

1.7.5.18.1.2 - Permitir, por meio do gerenciamento do Portal, a inclusão de processos seletivos e todas as informações relacionadas a eles;



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

1.7.5.18.1.3 - Viabilizar a inserção do tipo, número, ano e título do processo de seleção, permitindo a associação desse processo a uma unidade da administração, informar qual a situação atual desse processo, e possibilitar ainda a inserção de informações básicas a respeito do processo;

1.7.5.18.1.4 - Permitir também a inclusão de documentos como cronogramas, editais, anexos, comunicados e etc;

1.7.5.18.1.5 - Possibilitar a inclusão dos tipos de cargos oferecidos pelo processo seletivo;

1.7.5.18.1.6 - Permitir o relacionamento desses

cargos a um processo seletivo;

1.7.5.18.1.7 - Viabilizar a inclusão de provas do

processo seletivo;

1.7.5.18.1.8 - Permitir o relacionamento das provas

a um processo seletivo;

1.7.5.18.1.9 - Permitir criar tipos de processos como, por exemplo, concurso público, processo seletivo simplificado, processo seletivo público, etc.;

1.7.5.18.1.10 - Permitir criar tipos de publicações como, por exemplo, editais e anexos;

1.7.5.18.1.11 - Permitir criar hyperlinks diretos para sites externos (como Plataforma de Processo Eletrônico, Página de Sorteio da Relatoria de Recursos, Página da Instituição Promotora do Concurso, Páginas de Órgãos de Controle Externo, etc.);

1.7.5.18.1.12 - Viabilizar ainda a inserção dos locais onde os processos seletivos são realizados/para onde são as vagas de emprego oferecidas;

1.7.5.18.1.13 - Permitir a inserção de formulário (próprio e de terceiros, a exemplo do Google Formulários) dentro do Portal de Seleções Públicas, que permita ao candidato inscrever-se livremente no processo de seleção, sem a necessidade de cadastro prévio no Portal da Câmara Municipal, na qualidade de usuário/internauta;

1.7.5.18.1.14 - Permitir incluir as diversas situações de um candidato dentro do processo seletivo como, por exemplo, desistente, convocado, contratado e etc;

1.7.5.18.1.15 - Possibilitar a importação de processos seletivos para o Portal;

1.7.5.18.1.16 - Permitir a inserção de planilha informativa dos andamentos dos processos de seleção pública, contendo informações gerais da seleção e a atualização diária dos atos do certame;

1.7.5.18.2 - No Portal público, numa página específica, permitir a disponibilização de uma listagem contendo todos os processos seletivos cadastrados na área de gerenciamento do Portal onde todos os recursos habilitados na publicação fiquem disponíveis;

1.7.5.18.2.1 - Proporcionar ao internauta a possibilidade de localizar os processos seletivos por meio de filtros disponíveis na



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

página de listagem, podendo fazer a busca por meio dos itens (a) unidade, (b) número, (c) ano, (d) Palavra-chave, (e) tipo, (f) situação;

1.7.5.18.2.2 - Garantir que o nome do processo seletivo seja exibido em destaque com a opção de clique para que o internauta possa obter mais informações sobre o processo seletivo, clicando sobre o nome dele. Abaixo do nome do processo seletivo, exibir as informações de unidade e situação;

1.7.5.18.3 - Dispor de uma página específica onde todas as informações referentes a um processo seletivo estejam disponibilizadas;

1.7.5.18.3.1 - Permitir a exibição em destaque o

nome do processo seletivo;

1.7.5.18.3.2 - Exibir o número de ordem do processo seletivo, a unidade a qual ela pertence e a situação do processo;

1.7.5.18.3.3 - Viabilizar ainda a exibição dos documentos anexados ao processo seletivos, como editais e erratas, e permitir o download desses documentos ao clicar sobre o nome dos mesmos:

1.7.5.18.3.4 - Possibilitar ainda um filtro para que o usuário defina qual tipo de publicação deseja;

1.7.5.18.4 – Permitir a criação de um campo ou mais para inserção de hiperlinks para redirecionamento a determinado conteúdo;

1.7.5.19 - CONSULTA GERAL DE CONTEÚDOS

1.7.5.19.1 - Por esta ferramenta deverá ser possível localizar informações por palavras-chaves com apenas um clique. O resultado da pesquisa deverá ser exibido com a indicação de onde o conteúdo foi encontrado no website (notícias, imagens, mídias etc.);

1.7.5.19.2 - Conter funcionalidade, aplicada as Soluções de Softwares, respectivamente, que permita a consulta, via áreas públicas dos websites, relativa aos dados incorporados nos repositórios;

1.7.5.19.3 - Garantir que, uma vez informado pelo internauta, qualquer palavra, frase ou termo específico, compostos por qualquer conjunto de caracteres, seja realizada a consulta destes conteúdos informados nos repositórios dos websites, incluindo os conteúdos de arquivos com as extensões PDF, TXT e HTML, além dos registros de dados incorporados ao Sistema Gerenciador de Bancos de Dados:

1.7.5.19.4 - Permitir que o internauta parametrize em qual módulo se fará a busca, assim como ordenar por data de inserção dos conteúdos nos repositórios dos websites, em que a consulta irá atuar;

1.7.5.19.5 - Exibir a quantidade total de conteúdos resultantes da consulta e a quantidade específica de conteúdos encontrados;

1.7.5.19.6 - Exibir os conteúdos correspondentes aos resultados da consulta, classificados pelos Módulos de Serviço;

1.7.5.20 - CONVÊNIOS - Deverá permitir a disponibilização de todas as informações acerca dos convênios celebrados pela instituição, exibindo seu detalhamento, contratos, termos aditivos, etc;

1.7.6 - Os serviços de hospedagem, servidor e armazenamento deverão seguir as disposições descritas abaixo:



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

1.7.6.1 - O Servidor que hospedará o portal/site deverá possuir certificação Tier III;

1.7.7 - Constituem requisitos mínimos de segurança:

1.7.7.1 - A CONTRATADA deverá dispor de rotinas implantadas de Backup e Restore de dados relacionados ao sítio eletrônico e aos serviços de correio eletrônico da CONTRATANTE, devendo oferecer, minimamente, uma rotina de backup semanal;

1.7.7.2 - Os serviços HTTP, IMAP, POP3 e SMTP fornecidos pelo centro de hospedagem de dados deverão ser, obrigatoriamente, acessados através de conexões criptografadas utilizando camadas de segurança SSL/TLS;

1.7.7.2.1 - Todos os custos referentes a aquisição e renovação dos certificados SSL serão responsabilidades da empresa CONTRATADA;

1.7.7.3 - Proteção por IPs contra acessos externo a área

administrativa;

1.7.7.4 - Proteção contra ataques DDoS (Denial of Service);

1.7.7.5 - Código totalmente protegido contra SQL Injection;

1.7.7.6 - Códigos Criptografados;

1.7.7.7 - Segurança da Área administrativa com certificado SSL

(HTTPS);

corporativo;

1.7.8 - São requisitos mínimos para as contas de e-mails:

1.7.8.1 - Fornecimento de 07 (sete) contas de e-mail institucional;
1.7.8.1.1 - A capacidade de cada conta de e-mail deve ser de 25GB (vinte e cinco gigabytes) de espaço, sendo todas as contas de e-mail

1.7.8.2 - Será necessário a migração das contas de webmails atuais para o novo servidor de webmail sendo de responsabilidade da CONTRATANTE, informar o login e a senha de todos os e-mails para que a contratada realize o backup dos e-mails afim de transferir para as novas contas de e-mail, de maneira que não se perca nenhum e-mail da caixa de entrada e da caixa de e-mails enviados:

1.7.8.3 - O número máximo de contas para migração de e-mails é de 07 (sete) contas;

1.7.8.4 - A CONTRATADA fornecerá a CONTRATANTE uma conta administradora para excluir, alterar, acrescentar e administrar os e-mails existentes em plataforma de acesso exclusiva;

1.7.8.5 - Webmail deve ser totalmente em linguagem português

Brasil;

dos arquivos;

1.7.8.6 - O Webmail deve ser totalmente seguro com recursos antispam, antivírus, acesso seguro (SSL/TLS);

1.7.8.7 - Devem ser realizados Backups diários para segurança

1.7.8.8 - Painel de Controle em Português:

1.7.8.9 - Servidor POP3/IMAP/SMTP próprio com autenticação;

1.7.8.10 - Permitir Certificado MIME;

1.7.8.11 - Criptografia SSL e TLS;





Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

1.7.8.12 - Regras de filtragem de mensagens à critério do gestor;

1.7.8.13 - Regras de filtragem de mensagem à critério do usuário;

1.7.8.14 - Encaminhamentos automáticos:

1.7.8.15 - Ordenação crescente e decrescente para: assunto, remetente, destinatário e data;

1.7.8.16 - Ordenação de mensagens em pastas e subpastas;

1.7.8.17 - Acesso online através dos principais navegadores padrões de mercado;

1.7.8.18 - Acesso através dos principais clientes de e-mail de mercado;

1.7.8.19 - Deverá funcionar adequadamente em smartphones;

1.7.8.20 - AntiSpam deverá ter recurso de aprendizagem automática, dispensando a necessidade de intervenção manual;

1.7.8.21 - Proteção que garanta que o serviço de e-mail não permaneça em RBLs ou DNSBLs (Blacklists);

1.7.8.22 – Todos os e-mails devem ter a extensão "@bomjardim.rj.leg.br";

- **1.8** É de responsabilidade da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis, fazer a atualização dos dados cadastrais do endereço https://www.bomjardim.rj.leg.br/ junto ao Senado Federal;
- **1.9 -** É de responsabilidade da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis, fazer a atualização dos dados cadastrais do endereço e https://www.bomjardim.rj.leg.br/ e https://www.camarabomjardim.rj.gov.br/ junto ao PRODERJ;
- 1.10 A CONTRATADA terá que publicar as informações enviadas pela CONTRATANTE no prazo de 01 (uma) hora após o envio da correspondência eletrônica;
- **1.10.1 –** O envio das informações se dará por meio de correspondência eletrônica para o endereço indicado pela empresa;
- 1.10.1 O início da contagem do prazo se dará independentemente da manifestação de ciência do recebimento da correspondência eletrônica pela contratada;
- **1.10.3 –** Para as informações que deverão ser publicadas no mesmo dia do envio, a CONTRATANTE deverá enviar a correspondência eletrônica das 08:00h às 18:00h.

2 – REGRAS RELATIVAS À CONVOCAÇÃO 2.1 - LOCAL, DATA E HORA

- **2.1.1** A sessão pública será realizada através do sítio http://www.comprasnet.gov.br, dia 03 de abril de 2025, com início às 08:00h, horário de Brasília/DF.
- **2.1.2** A empresa participante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico **http://www.comprasnet.gov.br**, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

- **2.1.3** Após a abertura da sessão para lances, a empresa participante poderá apresentar ofertas até o horário de encerramento da sessão de lances, que ocorrerá às 14h.
- **2.1.4 -** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta dispensa eletrônica na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2.1.5 – Código da UASG: 930197

2.2 - PREÇO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

2.2.1 – O Preço de referência consubstancia-se no valor global estimado de **R\$ 569,97 (Quinhentos e Sessenta e Nove Reais e Noventa e Sete Centavos)**, tendo a estimativa sido realizada através de pesquisa de preços nos moldes do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme valores constantes no item 2.2.2 deste Aviso de Dispensa Eletrônico.

2.2.2 - PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | UND. MEDIDA | QUANT. | VALOR MÁXIMO UNITÁRIO (R\$) |
|------|--|----------------|--------|--------------------------------------|
| 01 | Prestação de serviços de desenvolvimento e implantação de sistema web do portal oficial da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ com layout exclusivo; migração de contas de e-mails, migração de conteúdo, inserção e tratamento dos dados iniciais para o sistema; locação de servidor de hospedagem; configuração e disponibilização de plataforma de e-mail corporativo/institucional; locação de licença de uso de ferramentas para atualização de dados online; manutenção e suporte técnico do sistema, servidor e webmails; serviço de design gráfico para criação de banners para o site e mídias sociais; serviço de atualização e inserção de conteúdo contínuo; gerenciamento e controle do sistema web do portal oficial da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ, vinculada ao Poder Legislativo Municipal de Bom Jardim/RJ, em atendimento à lei de acesso à informação, à lei de | MESES | 12 | 569,97 |



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

| transparência, à lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, ao marco civil da internet, ao código de defesa do usuário de serviços públicos, à lei geral de proteção de dados pessoais e lei do governo digital, à legislação municipal correlacionada, aos órgãos de controle externo e ao público em geral. | | |
|--|----------------|----------------|
| \ | /ALOR TOTAL (R | \$) 6.839,64 |

- **2.3.1 –** Poderão participar desta Dispensa Eletrônica as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores Sicaf e do sítio **http://www.comprasnet.gov.br**.
- **2.3.1.1 -** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta Dispensa Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
- **2.3.1.2** O credenciamento da empresa participante junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da empresa participante ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes à dispensa eletrônica.
- **2.3.2** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da empresa participante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ, promotora da dispensa eletrônica, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **2.3.3** É vedado a um mesmo procurador, representante legal ou credenciado representar mais de uma empresa participante, sob pena de afastamento das empresas participantes envolvidas na dispensa eletrônica.

2.4 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- **2.4.1 –** Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório da presente dispensa eletrônica, protocolizando o pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas deste aviso de dispensa eletrônico.
- **2.4.2 –** Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados à Agente de Contratação até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico **cmbj.2011@gmail.com.**
- **2.4.3** Caberá à Agente de Contratação, decidir sobre a petição até o último dia útil anterior à data da abertura da dispensa eletrônica.
- **2.4.4 -** Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da dispensa eletrônica, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.5.1 - Vide item 10 do Termo de Referência - TR.



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

2.6 - AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

2.6.1 – O presente Aviso de Dispensa Eletrônica estará disponível aos interessados em participar do procedimento, no Setor de Licitações da Câmara, situada na Praça Coronel Monnerat, 252, Centro, Bom Jardim/RJ, de segunda-feira a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h e das 13:30h às 16:30h; no sítio da Câmara Municipal, https://www.bomjardim.rj.leg.br/transparencia/dispensas-delicitacao; e no portal onde será realizado a Dispensa Eletrônica, no sítio http://www.comprasnet.gov.br.

2.6.2 – A dispensa eletrônica será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

2.6.2.1 – Aplicação, no que couber, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022, conforme autorizado pelo artigo 187 da Lei Federal 14.133/2021;

2.6.2.2 – Aplicação, no que couber, a Resolução nº 002/2023, de 03 de abril de 2023; e a Resolução nº 003/2023, de 10 de abril de 2023, da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ.

3 - REGRAS RELATIVAS AO JULGAMENTO

3.1 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1.1 – Vide item 8 do Termo de Referência – TR.

3.2 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

- **3.2.1 –** A empresa participante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.
- **3.2.1.1** A empresa participante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor da proposta com o preço unitário e total do item, objeto solicitado, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- **3.2.2 –** A empresa participante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:
- 3.2.2.1 Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Aviso de Dispensa Eletrônico;
- **3.2.2.2 -** Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
- **3.2.2.3 -** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- **3.2.3** A empresa participante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que:
- **3.2.3.1** Atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei:





Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

- **3.2.3.2** No ano-calendário de realização desta Dispensa Eletrônica, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- **3.2.4** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a empresa participante às sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônico.
 - **3.2.5** As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- **3.2.5.1** Qualquer elemento que possa identificar a empresa participante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Aviso de Dispensa Eletrônico.
- **3.2.5.2 -** Até a abertura da sessão pública, a empresa participante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.
- **3.2.6** As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Aviso de Dispensa Eletrônico.
- **3.2.6.1** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, as empresas participantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.
- **3.2.7 -** Poderão ser admitidos pela Agente de Contratação erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

3.3 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- **3.3.1** A abertura da sessão pública desta Dispensa Eletrônica, conduzida pela Agente de Contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no item 2.1.1 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, no sítio **http://www.comprasnet.gov.br**.
- **3.3.2** Durante a sessão pública, a comunicação entre a Agente de Contratação e as empresas participantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ou e-mail.
- **3.3.3 -** Cabe à empresa participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Dispensa Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.4 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- **3.4.1** Aberta a etapa competitiva, as empresas participantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- **3.4.2** A empresa participante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- **3.4.2.1** A empresa participante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

- **3.4.3 -** Durante o transcurso da sessão, as empresas participantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- **3.4.4** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- **3.4.5** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- **3.4.6 -** Durante a fase de lances, a Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- **3.4.7** Se ocorrer a desconexão da Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às empresas participantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- **3.4.8 -** Nesta Dispensa Eletrônica o modo de disputa adotado é o aberto, conforme disposto no art. 23 da IN Seges-ME nº 73/2022.
- **3.4.8.1 -** A etapa de lances na sessão pública durará 06 (seis) horas, e após isso, o prazo para recebimento de novos lances será automaticamente encerrado.
- **3.4.8.2 -** O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo R\$ 1,00 (um real), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

3.5 - DA NEGOCIAÇÃO

- **3.5.1** Na hipótese de a proposta da primeira colocada não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço, a Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- **3.5.1.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais empresas participantes.
- **3.5.2** Caso a Agente de Contratação necessite de esclarecimentos, será aberto prazo de 03 (três) dias úteis para que a licitante apresente as informações solicitadas, sob pena de inabilitação.

4 - REGRAS RELATIVAS À HABILITAÇÃO

4.1 – DA HABILITAÇÃO

4.1.1 - Vide item 4 do Termo de Referência – TR.

4.2 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **4.2.1** A adjudicação desta Dispensa Eletrônica compete a Agente de Contratação e a homologação desta Dispensa Eletrônica compete ao Presidente da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ.
- **4.2.2 -** O objeto desta Dispensa Eletrônica será adjudicado à empresa vencedora.

4.3 - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

4.3.1 - Depois de homologado o resultado desta Dispensa Eletrônica, a empresa vencedora será convocada para assinatura do contrato ou retirada da nota

SNC

Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

de empenho, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônico.

- **4.3.2** Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela empresa vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Aviso de Dispensa Eletrônico.
- **4.3.3** O prazo para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela empresa vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ.
- **4.3.4 -** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a empresa vencedora mantém as condições de habilitação.
- **4.3.5** Quando a empresa convocada não assinar o contrato ou retirada da nota de empenho, no prazo e nas condições estabelecidas, outra empresa poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela empresa vencedora.
- **4.3.5.1** Caso nenhuma das empresas aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Aviso de Dispensa Eletrônico, poderá:
- **4.3.5.1.1 –** Convocar as empresas remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- **4.3.5.1.2 -** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas empresas remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5 - REGRAS RELATIVAS AO RECURSO

- **5.1** Qualquer empresa participante poderá, no prazo de 01 (um) dia útil, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, através do e-mail **cmbj.2011@gmai.com**, protocolar as razões do seu recurso.
- **5.2 -** As demais empresas participantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 01 (um) dia útil, contado da data de divulgação da interposição do recurso.
- **5.3** Será assegurado à empresa participante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- **5.4 -** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

6 - REGRAS RELATIVAS ÀS PENALIDADES

- **6.1** Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela inobservância das regras estabelecidas neste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita aos termos do disposto nos artigos 155 e segs. da Lei Federal nº 14.133/21 e da Resolução nº 44/2024 da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ, sendo-lhe aplicada, garantidas a prévia defesa, as seguintes penalidades:
 - **6.1.1 -** Advertência;
 - **6.1.2 -** Multa;





Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

- **6.1.3** Impedimento de licitar e contratar;
- **6.1.4 -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- **6.2 -** A sanção de advertência, prevista no art. 156, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada pela infração administrativa prevista de dar causa à inexecução parcial do contrato, prevista no art. 155, inc. I, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- **6.3** A sanção de multa, prevista no art. 156, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada na forma deste Termo de Referência, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do objeto solicitado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.
- **6.4 -** A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 156, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas de dar causa à inexecução parcial do Termo de Referência que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do Termo de Referência; deixar de entregar a documentação exigida para o processo; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do Termo de Referência sem motivo justificado; previstas no art. 155, inc. II, III, IV, V, VI e VII, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- **6.5** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar o objetivo; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; previstas no art. 155, inc. VIII, IX, X, XI e XII, desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- **6.6** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, estabelecida no art. 156, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
- **6.6.1** Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de Ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

6.6.2 - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

- **6.7** As sanções de advertência; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; prevista no art. 156, inc. I, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, prevista no inciso II do caput deste artigo.
- **6.8 -** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- **6.9 -** A aplicação das sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- **6.10 -** O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a empresa vencedora a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência.
- **6.10.1** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.
- **6.11 -** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
 - 6.11.1 Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
 - **6.11.2 -** Pagamento da multa;
- **6.11.3 -** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- **6.11.4 -** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- **6.11.5** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo;
- **6.12 -** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

7 - REGRAS RELATIVAS À FISCALIZAÇÃO

7.1 – Vide item 6.1 do Termo de Referência – TR.

8 - REGRAS RELATIVAS À GESTÃO

8.1 - Vide item 6.2 do Termo de Referência - TR.

9 - REGRAS RELATIVAS À ENTREGA DO OBJETO

9.1 - Vide item 5 do Termo de Referência - TR.



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

10 - REGRAS RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO OBJETO

10.1 - Vide item 7 do Termo de Referência - TR.

11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **11.1 –** À Agente de Contratação e ao Presidente da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ competem anular esta Dispensa Eletrônica por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar a dispensa eletrônica por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
 - **11.1.1 -** A anulação da Dispensa Eletrônica induz à do contrato.
- **11.1.2** As empresas não terão direito à indenização em decorrência da anulação da dispensa eletrônica, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- **11.2 -** É facultado à Agente de Contratação ou autoridade superior, em qualquer fase da dispensa eletrônica, promover diligência a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato solicitado.
- **11.2.1** A Agente de Contratação poderá a qualquer momento convocar servidor competente da Câmara Municipal para esclarecer eventuais dúvidas técnicas relacionadas à especificação dos itens e a proposta apresentada pelas empresas.
- **11.3** Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ responsabilidade por qualquer custo, independente da condução ou do resultado da dispensa eletrônica.
- **11.4** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da dispensa eletrônica.
- **11.5** As normas que disciplinam esta dispensa eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, em comprometimento da segurança do futuro contrato.
- **11.6 –** A homologação do resultado desta Dispensa Eletrônica não implicará direito à contratação.
- **11.7** As disposições estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica poderão ser alteradas, observadas as disposições do art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- **11.8** Fica assegurado à Administração Pública, sem que caiba às empresas indenizações a revogação e/ou anulação no todo ou em parte, da presente dispensa eletrônica, dando ciência disso aos interessados.
 - 11.9 O foro para dirimir questões será o da Comarca de Bom Jardim/RJ.
- **11.10** A participação das empresas interessadas nesta dispensa eletrônica implicará no total conhecimento das condições estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônico e em seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado que na hipótese de ocorrência de casos omisso,



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

estes serão solucionados à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores e demais normas pertinentes.

11.11 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação e eventuais dúvidas na interpretação do presente Aviso de Dispensa Eletrônico e seus Anexos, deverão ser encaminhadas para o e-mail: cmbj.2011@gmail.com, ou ainda, feitas pessoalmente à Agente de Contratação, no horário de 9:00h às 12:00h e 13:30h às 16:30h, na Praça Coronel Monnerat, 252, Centro, Bom Jardim/RJ, onde poderá ser retirada cópia integral do Aviso de Dispensa Eletrônico e seus anexos, e pelo telefone (22) 2566–2030 ou 2566–2366.

12 - ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

12.1 - Os anexos que integram este Aviso de Dispensa Eletrônico, como partes inseparáveis, são os seguintes:

12.1.1 - Anexo I - Termo Referência

Bom Jardim, 31 de março de 2025.



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com CNPJ 00.495.116/0001-49

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº: 022/2025 (Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 6º, Inciso XXIII)

PROCESSO Nº: 084/2025

Bom Jardim, 19 de março de 2025.

1 - OBJETO (Alínea "a")

1.1 – Prestação de serviços de desenvolvimento e implantação de sistema web do portal oficial da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ com layout exclusivo; migração de contas de e-mails, migração de conteúdo, inserção e tratamento dos dados iniciais para o sistema; locação de servidor de hospedagem; configuração e disponibilização de plataforma de e-mail corporativo/institucional; locação de licença de uso de ferramentas para atualização de dados online; manutenção e suporte técnico do sistema, servidor e webmails; serviço de design gráfico para criação de banners para o site e mídias sociais; serviço de atualização e inserção de conteúdo contínuo; gerenciamento e controle do sistema web do portal oficial da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ, vinculada ao Poder Legislativo Municipal de Bom Jardim/RJ, em atendimento à lei de acesso à informação, à lei de transparência, à lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, ao marco civil da internet, ao código de defesa do usuário de serviços públicos, à lei geral de proteção de dados pessoais e lei do governo digital, à legislação municipal correlacionada, aos órgãos de controle externo e ao público em geral.

1.1.1 - Deverá constar o rol mínimo de informações que os órgãos e entidades públicas devem obrigatoriamente divulgar na internet.

1.2 – A natureza dos serviços e suas respectivas quantidades estão

discriminados na planilha abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|---|---------|------------|
| 01 | Prestação de serviços de desenvolvimento e implantação de sistema web do portal oficial da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ com layout exclusivo; migração de contas de e-mails, migração de conteúdo, inserção e tratamento dos dados iniciais para o sistema; locação de servidor de hospedagem; configuração e disponibilização de plataforma de e-mail corporativo/institucional; locação de licença de uso de ferramentas para atualização de dados online; manutenção e suporte técnico do sistema, servidor e webmails; serviço de design gráfico para criação de banners para o site e mídias sociais; serviço de atualização e inserção de conteúdo contínuo; gerenciamento e controle do sistema web do portal oficial da Câmara Municipal de Bom | MESES | 12 |



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

| Jardim/RJ, vinculada ao Poder Legislativo | |
|---|--|
| Municipal de Bom Jardim/RJ, em atendimento à | |
| lei de acesso à informação, à lei de transparência, | |
| à lei brasileira de inclusão da pessoa com | |
| deficiência, ao marco civil da internet, ao código | |
| de defesa do usuário de serviços públicos, à lei | |
| geral de proteção de dados pessoais e lei do | |
| governo digital, à legislação municipal | |
| correlacionada, aos órgãos de controle externo e | |
| ao público em geral. | |

- **1.3** O objeto se iniciará na data de assinatura do respectivo contrato, juntamente com a emissão da nota de empenho e se extinguirá no prazo de 12 (doze) meses.
- **1.4** O contrato poderá ser prorrogado, por até igual período, conforme conveniência e oportunidade da administração pública, desde que mantida a vantajosidade do contrato.
- **1.5** O Portal deverá atender todas as exigências das Legislações pertinentes, especialmente a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação); Lei Federal nº 10.098/2000 (Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida); Lei Complementar Federal nº 131/2009 (Determina a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios); Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto Brasileiro de Inclusão), Lei Federal nº 13.460/2017 (Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos); Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD); Lei Federal nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital); bem como da legislação superveniente (inclusive local) que tenha pertinência ao objeto licitado.
- **1.6** Como a maior parte dos serviços envolvendo as plataformas já se encontram prontas dos fornecedores, sem relevantes desenvolvimentos sob medida, a entrega deverá ocorrer em até **05** (cinco) dias úteis, a contar do início da contratação, contemplando os seguintes serviços:
 - 1.6.1 Migração de e-mail:
 - **1.6.2 -** Migração de dados do portal;
- **1.6.3 -** Migração de dados das ferramentas de comunicação, ouvidoria, sistema integrado de informações ao cidadão SIC e zeladoria;
 - 1.6.4 Disponibilização de aplicativos Apple e Android;
 - 1.6.5 Entrega e configuração do novo ambiente de comunicação;
 - 1.6.6 Entrega e configuração do novo portal;
 - 1.6.7 Entrega e configuração do novo servidor de e-mail;

1.7 - REQUISITOS GERAIS DO SISTEMA:

- **1.7.1 -** As características básicas para o desenvolvimento do site deverão compreender:
- **1.7.1.1 -** Acessibilidade e atendimento às necessidades dos usuários com deficiência visual, auditiva e física;



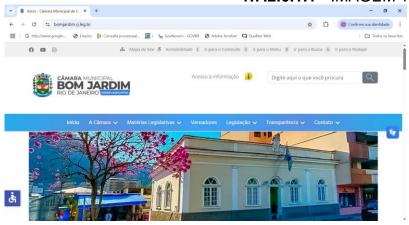
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com CNPJ 00.495.116/0001-49

- **1.7.1.2 -** Acessibilidade e atendimento às necessidades dos usuários de dispositivos móveis;
 - **1.7.1.3** Acessibilidade por diversos navegadores web;
 - 1.7.1.4 Experiência visual agradável, dinâmica e intuitiva;
- **1.7.1.5 -** Deve manter-se online, acessível e estável 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana;
- 1.7.1.6 Não poderá solicitar a instalação de nenhum tipo de complemento ou extensão para o funcionamento do Website ao usuário, nem mesmo senha para acessar as informações classificadas como transparência ativa;
- **1.7.1.7** Adicionalmente às demais características, o desenvolvimento da solução de Website deverá permitir uma alta colocação no ranking de resultados dos sistemas de busca.
- **1.7.2 -** Constituem requisitos mínimos e obrigatórios para o desenvolvimento do site:
- **1.7.2.1 -** Aplicação dos conceitos de arquitetura da informação, design de interface, interação e usabilidade, dentre eles a Cartilha de Usabilidade (ePWG Padrões Web em Governo Eletrônico);
- 1.7.2.2 Aplicação dos conceitos de acessibilidade para web, dentre eles o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG 3.1 ou superior);
- **1.7.2.3 -** Possuir versões diferentes para computadores desktop, tablets e smartphones, ou conter layout responsivo, garantindo assim grande experiência de visualização e navegação mesmo quando redimensionado ou quando visualizado em telas de diferentes resoluções;
- **1.7.2.4** Aplicação de padrões de boas práticas de desenvolvimento web, dentre eles a Cartilha de Codificação (ePWG Padrões Web em Governo Eletrônico) e Web Standards (W3C World Wide Web Consortium), garantindo assim padronização de manutenção posterior;
- **1.7.2.5 -** Compatibilidade com os navegadores web Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge, Safari e Opera;
- **1.7.2.6 -** Criação e desenvolvimento de identidade visual exclusiva, não utilizando-se de modelos pré-formatados (layout exclusivo);
- **1.7.2.6.1 -** O site deverá manter a padronização atualmente adotada, com o layout constante no endereço https://www.bomjardim.rj.leg.br/, do qual assim consta:



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com CNPJ 00.495.116/0001-49

1.7.2.6.1.1 - IMAGEM 1



1.7.2.6.1.2 – IMAGEM 2



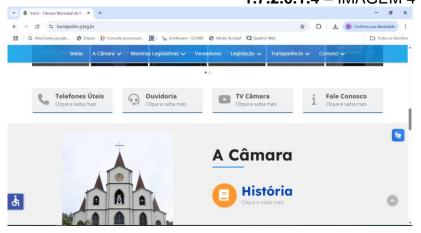
1.7.2.6.1.3 - IMAGEM 3





Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com CNPJ 00.495.116/0001-49

1.7.2.6.1.4 - IMAGEM 4



1.7.2.6.1.5 - IMAGEM 5



1.7.2.6.1.6 - IMAGEM 6

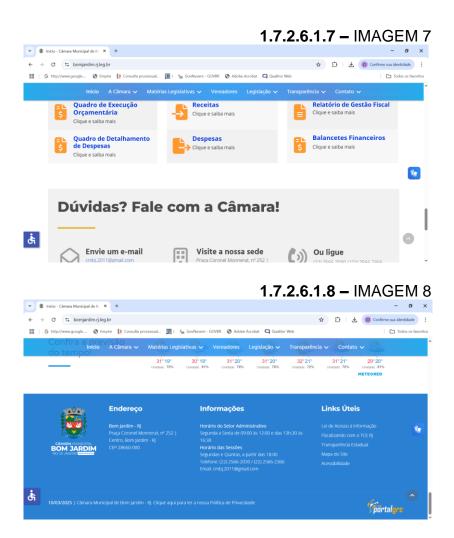




dinâmica.

Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com CNPJ 00.495.116/0001-49



1.7.2.7 - Desenvolvimento em plataforma de gerenciamento de conteúdo do Web site, com possibilidade de autonomia e flexibilidade para posteriormente abrigar itens não previstos, a fim de facilitar a experiência de manutenção;

1.7.2.8 - O Website deverá organizar os menus de maneira

1.7.3 - O site deverá permitir a publicação de notícias, sessão extraordinária, ordem do dia, audiências públicas, entre outras, onde serão lançados os textos, imagens, vídeos e outros arquivos, sem limite de armazenamento.

1.7.3.1 - Todo o conteúdo do Portal deverá atender à Lei Federal nº 12.527/2011 e à Lei Federal nº 13.460/2017, no quesito acessibilidade:

1.7.3.1.1 - Versão ao contraste;

1.7.3.1.2 - Versão para pessoas com deficiência visual, disponibilizando ferramentas que permitam a navegação em áudio em todo o conteúdo publicado no portal;



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

1.7.3.1.3 - Versão para leitura em Língua Brasileira de Sinais - Libras, disponibilizando ferramentas que permitam a navegação em Libras em todo o conteúdo publicado no portal.

1.7.4 - O layout deverá proporcionar:

1.7.4.1 - Website dinâmico, construção de página com design exclusivo para a CONTRATANTE, que comporte os serviços prestados pelo portal, com layout responsivo, personalizável e ajustável às telas dos aparelhos atualmente existentes no mercado (computadores, notebooks, smartphones e tablets);

1.7.4.2 - Sistema de Pesquisa Avançada, incluindo assunto, categoria ou palavra-chave;

1.7.4.3 - Todo o site (incluindo menus, arquivos internos e notícias) deve estar configurado para ser apresentado com URL amigável (links curtos) e optimização para melhoramento no ranking de pesquisas;

1.7.4.4 - Possibilidade de criação de hyperlinks em qualquer módulo, estrutura, menu do site ou incorporado em algum formulário ou texto;

1.7.4.5 - Possibilidade de incorporação de outros sítios eletrônicos dentro do Portal (embed code, via código html) e de formulários do Google (ferramenta Google Forms), sem a necessidade de redirecionamento para link externo;

1.7.4.6 - Possibilidade de edição de textos explicativos nos arquivos e módulos, incluindo a criação, edição e configuração de planilhas internas para configuração de controles de tramitação de processos administrativos promovidos pela Câmara Municipal;

1.7.4.7 - Possibilidade de inserção de vídeos e imagens em diversos formatos, incluindo, no caso de imagens, a inserção de pop-ups para anúncios urgentes na página inicial do Portal, bem como a inserção de gifs animados.

1.7.5 - A solução deverá contar com os seguintes módulos e suas respectivas funcionalidades:

1.7.5.1 - DESTAQUE PÁGINA PRINCIPAL - Módulo do gerenciador de conteúdo, que permitirá a seleção de quais conteúdos serão exibidos na página principal do site público e qual será a ordem de distribuição das informações, seleção das matérias, os serviços, os eventos, as imagens e outros tipos de conteúdo cadastrados previamente no banco de dados, seleção de matérias, obras e licitações que vão ficar em destaque nas respectivas páginas, entre outros;

1.7.5.2 - NOTÍCIAS E ARTIGOS - Permitirá a publicação de textos com todos os tipos de informações (notícias, dados sobre perfil da organização etc.) e a associação a eles dos mais variados recursos tais como: multimídia, arquivos para download e enquetes:

1.7.5.2.1 - Através deste módulo serão exibidos as informações institucionais, notícias, resultados de programas de interesse público, entre outras;

1.7.5.2.2 - Ainda junto ao texto, deverá ser possível exibir imagens, significado das palavras integrado ao módulo DICIONÁRIO e links de acesso a outras páginas de internet ou a outras áreas do próprio website, além de apresentar arquivos para download e recursos de mídia associados (galeria de imagens, áudio e vídeo



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

1.7.5.2.3 - Junto à matéria também deverá ser possível relacionar outras publicações, estimulando o cidadão a dar continuidade à leitura;

1.7.5.3 - CONTAS PÚBLICAS - Este módulo deverá permitir a publicação de relatórios e anexos previstos na Lei Complementar Federal nº 131/2011 (Lei de Transparência), Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei Federal nº 9.755/1998 (Publicação das Contas Públicas na Internet) de forma ágil e transparente;

1.7.5.3.1 - Deverá permitir consultar dados da execução orçamentária e financeira, bem como relatórios disponíveis na página ou buscar alguma informação específica, filtrando-os por tipo, período e ano, além de permitir escolher nesta pesquisa o número de relatórios que serão exibidos entre os resultados;

1.7.5.4 - DOWNLOADS - Deverá manter a publicação de arquivos para livre transferência, como avisos de dispensa eletrônica e demais informativos, de forma que facilitem o acesso da população a estes documentos;

1.7.5.4.1 - Os arquivos para livre transferência deverão ser exibidos com uma pequena descrição, informação sobre tamanho e data em que foram inseridos no website;

1.7.5.4.2 - Deverá permitir que os arquivos sejam organizados por categorias e até subcategorias, para facilitar a busca;

1.7.5.4.3 - Deverá atender às exigências do art. 7°, Incisos VI e VII, e art. 8°, § 1°, Incisos II, III, da Lei Federal n° 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

1.7.5.4.4 - Cada arquivo inserido no Website deverá constar a data de publicação e o respectivo número de downloads, facilitando a geração de estatísticas sobre arquivos com maior número de downloads pelos usuários;

1.7.5.5 - AGENDA DE EVENTOS - Deverá permitir a publicação das informações completas de eventos com detalhes e imagens. Deverá permitir que a cada item da agenda possa conter a descrição completa do evento, valores de ingressos quando for o caso, uma foto de destaque e outras de edições passadas, ou de eventos semelhantes, dispostas em galerias. Em eventos de maior duração, deverá ser possível ainda acrescentar a descrição das atividades a serem realizadas por dia;

1.7.5.6 - ÁUDIO E VÍDEO - Este módulo deverá permitir a disponibilização de arquivos de áudio e vídeo, enriquecendo com interatividade as informações passadas ao cidadão. Os arquivos de áudio e vídeo deverão ser exibidos com uma pequena descrição, a data em que foram inseridos no website e deverão ser reproduzidos diretamente no navegador;

1.7.5.7 - MÓDULO OUVIDORIA - Possuir recurso que dê provimento ao envio de manifestações ao Contratante (ainda que mediante integração a outros sistemas informatizados ou soluções utilizadas pela Contratante), armazenando-as em repositório único mantido pelo website, constituindo um serviço de ouvidoria eletrônica, a ser disponibilizado na área pública, em página web específica, cujo layout estará submetido ao design prévio, e, os conteúdos da página,

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

que deverão orientar sobre o funcionamento da ouvidoria e, quando se aplicar, conterão links para acesso aos demais Módulos de Serviço do website, estarão submetidos ao gerenciamento empreendido pelos usuários responsáveis; Possuir editor de textos integrado, para gerenciar a incorporação dos conteúdos da página web que conterá as orientações sobre o serviço de ouvidoria;

1.7.5.7.2 - Gerenciar a incorporação de um link de acesso, para ser exibido na página web de orientação sobre o serviço de ouvidoria, para as perguntas e respostas frequentes;

1.7.5.7.3 - Gerenciar a incorporação de um link de acesso, para ser exibido na página web de orientação sobre o serviço de ouvidoria, para o Guia de Serviços;

1.7.5.8 - ATENDIMENTO ELETRÔNICO SIMPLIFICADO - Deverá permitir criar um canal direto de comunicação entre a instituição e o cidadão com ferramenta de formulário de contato simplificado. O módulo ATENDIMENTO ELETRÔNICO deverá permitir que o cidadão envie suas solicitações à instituição de forma individualizada destinada ao setor desejado previamente cadastrado no sistema e assim receber diretamente a resposta pelo e-mail informado no formulário;

1.7.5.9 - FAQ (FREQUENTANSWERANDQUESTIONS) - PERGUNTAS E RESPOSTAS FREQUENTES - Deverá permitir a organização das perguntas mais solicitadas à instituição e suas respectivas respostas, disponibilizando-as no website para todos os cidadãos;

1.7.5.9.1 - As FAQ's deverão ser exibidas numa listagem que poderá ser filtrada pela categoria desejada;

1.7.5.9.2 - Deverá atender à exigência do Art. 8°, § 1°, Inciso VI, da Lei Federal n° 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

1.7.5.10 - FRASES - Este módulo deverá permitir divulgar curiosidades e outras informações, em textos curtos que se alternam automaticamente na página principal do website;

1.7.5.11 - GALERIA DE IMAGENS - Deverá permitir apresentar imagens com temas semelhantes em galerias e facilitar a busca do cidadão. Deverá permitir que um conjunto de fotos esteja reunido numa mesma galeria e cada imagem seja exibida em miniatura do lado da pop-up que se abrirá. A galeria deverá oferecer ainda recursos como exibição de imagem de destaque e informações sobre a imagem ampliada (autor, tamanho, dimensões, data de inserção, descrição da foto);

1.7.5.12 – LEGISLAÇÃO

1.7.5.12.1 - Deverá permitir disponibilizar ao cidadão as leis, decretos, portarias e outros atos normativos da cidade, para livre consulta. A legislação deverá ser exibida para consulta e livre transferência para mídias locais conectadas ao computador, permitindo pesquisar por categorias, número, ano, autoria, palavras chave ou período, entre outros campos, além de ser apresentada em url amigável/link curto, como no exemplo: https://www.bomjardim.ri.leg.br/legislacao/leis-ordinarias:

1.7.5.12.2 - Permitir, incorporação de categorias e assuntos padronizados para classificação das legislações, e, além disto, que uma determinada legislação possa ser relacionada a um ou mais assuntos e, ainda, que





Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

uma legislação possa ser vinculada a uma ou mais legislações com as quais se relaciona;

1.7.5.12.3 - Permitir incorporação junto à legislação, um arquivo da extensão PDF, contendo a íntegra da legislação, sem limite de tamanho;

1.7.5.12.4 - Permitir pré-visualização (preview) do conteúdo dos arquivos incorporados às legislações, sem a necessidade efetuar o download dos mesmos;

1.7.5.12.5 - Possuir editor de textos integrado, para gerenciar os conteúdos das legislações;

1.7.5.12.6 - Permitir a consulta das legislações relativas a palavras, frases ou termos específicos, compostos por qualquer conjunto de caracteres, inseridos nas ementas das legislações, e, ainda, ser possível produzir consultas parametrizadas, relativas ao seguinte: (1) números das legislações; (2) anos das legislações; (3) tipos das legislações;

1.7.5.12.7 - Proporcionar a visualização, em face dos parâmetros informados, de todos os dados relacionados as legislações resultantes da consulta;

1.7.5.12.8 - Permitir a consulta das legislações incorporadas ao repositório do website, através da área pública, de forma parametrizada, em face do seguinte: (1) números das legislações; (2) anos das legislações; (3) categorias das legislações e, ainda, em razão da informação de palavras, frases ou termos específicos, compostos por qualquer conjunto de caracteres, que se deseje consultar no conteúdo das legislações, sendo permitido também parametrizar o local em que a consulta irá atuar, através da seleção de um ou mais entre os seguintes locais: (1) as ementas das legislações; (2) os arquivos da extensão PDF incorporados às legislações; (3) o conteúdo HTML das legislações e; (4) os resumos das legislações;

1.7.5.12.9 - Permitir a visualização ou impressão de página individualizada de publicação da legislação, de modo a se comprovar sua publicação oficial no Website:

1.7.5.13 - INFORMAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA (LINKS

ÚTEIS)

1.7.5.13.1 - Deverá permitir a disponibilização de links de outras páginas eletrônicas relacionadas à administração pública e outras páginas de interesse da comunidade (tais como horários de ônibus, endereços de postos de saúde, serviços de hotelaria, etc.). Deverá permitir que sejam exibidos numa lista e que sejam filtrados por categorias;

1.7.5.13.2 - Deverá permitir a criação de links em qualquer área do site seja notícia, detalhes de arquivos para download, galeria de imagens, menus, processos seletivos, leis, etc;

1.7.5.14 - ORGANOGRAMA / ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Deverá permitir mostrar aos cidadãos como as unidades da instituição estarem distribuídas e organizadas hierarquicamente e, por meio de um esquema semelhante a uma árvore, o organograma deverá apresentar a organização hierárquica das unidades administrativas. Deverá exibir informações sobre a unidade tais como tipo,



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

endereço e telefone e ainda permitir fazer download da representação gráfica do organograma/estrutura organizacional da Câmara Municipal, em local de fácil identificação no site. Deverá atender à exigência do Art. 8º, § 1º, Inciso VI da Lei 12.527 Lei de Acesso à Informação;

1.7.5.15 - INFORMAÇÕES ÚTEIS - As informações úteis deverão ser listadas no website e agrupadas por categorias, permitindo a visualização de informações sobre a unidade do órgão tais como descrição, telefones e endereço. Deverá atender à exigência do Art. 8°, § 1°, Inciso VI da Lei 12.527 Lei de Acesso à Informação;

1.7.5.16 - BANNERS - Deverá permitir a publicação de imagens em JPG, PNJ, GIF ou pequenos arquivos em Flash sobre eventos, campanhas, avisos, informações ou demais necessidades da CONTRATANTE;

1.7.5.17 - LICITAÇÕES

1.7.5.17.1 - Deverá permitir a disponibilização das informações e trâmites sobre os processos de compras, permitindo a indexação de arquivos, como editais, impugnações, resultados, contratos etc., além de pesquisa e download desses arquivos. Deverá atender à exigência do Art. 8º, § 1º, Inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

1.7.5.17.2 - O sistema deverá permitir o cadastro de ilimitadas licitações, com cadastro de modalidades, cadastro de tipos de arquivos (Ex: retificação, termo de referência...) e áreas de interesse para facilitar a organização dos conteúdos no Portal;

1.7.5.17.3 - O cadastro do edital no sistema deverá ser de maneira simples e objetiva, com os campos necessários já pré-estabelecidos da seguinte maneira; modalidade, nome, data e hora de publicação, data e hora da sessão, local, número da licitação, número do edital, número do processo, objeto, arquivo do edital e demais arquivos;

1.7.5.17.4 - O sistema deverá permitir o cadastro para visualização do edital de licitação de maneira que seja possível aos administradores do sistema visualizar os usuários que baixaram o edital, enviar e-mails com notificações sobre o edital;

1.7.5.18 - SELEÇÕES PÚBLICAS (CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSOS SELETIVOS)

1.7.5.18.1 - Deverá permitir a disponibilização de todas as informações acerca de processos seletivos e concursos públicos realizados pela administração num espaço único e organizado, em atendimento às exigências da Lei e dos órgãos de controle externo (Tribunal de Contas e Ministério Público), contendo a seguinte url: https://www.bomjardim.rj.leg.br/transparencia/concursos-publicos;

1.7.5.18.1.1 - Possuir recurso que possibilite à administração divulgar todos os processos seletivos e concursos públicos realizados, por meio do Portal;

1.7.5.18.1.2 - Permitir, por meio do gerenciamento do Portal, a inclusão de processos seletivos e todas as informações relacionadas a eles;



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

1.7.5.18.1.3 - Viabilizar a inserção do tipo, número, ano e título do processo de seleção, permitindo a associação desse processo a uma unidade da administração, informar qual a situação atual desse processo, e possibilitar ainda a inserção de informações básicas a respeito do processo;

1.7.5.18.1.4 - Permitir também a inclusão de documentos como cronogramas, editais, anexos, comunicados e etc;

1.7.5.18.1.5 - Possibilitar a inclusão dos tipos de cargos oferecidos pelo processo seletivo;

1.7.5.18.1.6 - Permitir o relacionamento desses

cargos a um processo seletivo;

1.7.5.18.1.7 - Viabilizar a inclusão de provas do

processo seletivo;

1.7.5.18.1.8 - Permitir o relacionamento das provas

a um processo seletivo;

1.7.5.18.1.9 - Permitir criar tipos de processos como, por exemplo, concurso público, processo seletivo simplificado, processo seletivo público, etc.;

1.7.5.18.1.10 - Permitir criar tipos de publicações como, por exemplo, editais e anexos;

1.7.5.18.1.11 - Permitir criar hyperlinks diretos para sites externos (como Plataforma de Processo Eletrônico, Página de Sorteio da Relatoria de Recursos, Página da Instituição Promotora do Concurso, Páginas de Órgãos de Controle Externo, etc.);

1.7.5.18.1.12 - Viabilizar ainda a inserção dos locais onde os processos seletivos são realizados/para onde são as vagas de emprego oferecidas;

1.7.5.18.1.13 - Permitir a inserção de formulário (próprio e de terceiros, a exemplo do Google Formulários) dentro do Portal de Seleções Públicas, que permita ao candidato inscrever-se livremente no processo de seleção, sem a necessidade de cadastro prévio no Portal da Câmara Municipal, na qualidade de usuário/internauta;

1.7.5.18.1.14 - Permitir incluir as diversas situações de um candidato dentro do processo seletivo como, por exemplo, desistente, convocado, contratado e etc;

1.7.5.18.1.15 - Possibilitar a importação de processos seletivos para o Portal;

1.7.5.18.1.16 - Permitir a inserção de planilha informativa dos andamentos dos processos de seleção pública, contendo informações gerais da seleção e a atualização diária dos atos do certame;

1.7.5.18.2 - No Portal público, numa página específica, permitir a disponibilização de uma listagem contendo todos os processos seletivos cadastrados na área de gerenciamento do Portal onde todos os recursos habilitados na publicação fiquem disponíveis;

1.7.5.18.2.1 - Proporcionar ao internauta a possibilidade de localizar os processos seletivos por meio de filtros disponíveis na



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

página de listagem, podendo fazer a busca por meio dos itens (a) unidade, (b) número, (c) ano, (d) Palavra-chave, (e) tipo, (f) situação;

1.7.5.18.2.2 - Garantir que o nome do processo seletivo seja exibido em destaque com a opção de clique para que o internauta possa obter mais informações sobre o processo seletivo, clicando sobre o nome dele. Abaixo do nome do processo seletivo, exibir as informações de unidade e situação;

1.7.5.18.3 - Dispor de uma página específica onde todas as informações referentes a um processo seletivo estejam disponibilizadas;

1.7.5.18.3.1 - Permitir a exibição em destaque o

nome do processo seletivo;

1.7.5.18.3.2 - Exibir o número de ordem do processo seletivo, a unidade a qual ela pertence e a situação do processo;

1.7.5.18.3.3 - Viabilizar ainda a exibição dos documentos anexados ao processo seletivos, como editais e erratas, e permitir o download desses documentos ao clicar sobre o nome dos mesmos:

1.7.5.18.3.4 - Possibilitar ainda um filtro para que o usuário defina qual tipo de publicação deseja;

1.7.5.18.4 – Permitir a criação de um campo ou mais para inserção de hiperlinks para redirecionamento a determinado conteúdo;

1.7.5.19 - CONSULTA GERAL DE CONTEÚDOS

1.7.5.19.1 - Por esta ferramenta deverá ser possível localizar informações por palavras-chaves com apenas um clique. O resultado da pesquisa deverá ser exibido com a indicação de onde o conteúdo foi encontrado no website (notícias, imagens, mídias etc.);

1.7.5.19.2 - Conter funcionalidade, aplicada as Soluções de Softwares, respectivamente, que permita a consulta, via áreas públicas dos websites, relativa aos dados incorporados nos repositórios;

1.7.5.19.3 - Garantir que, uma vez informado pelo internauta, qualquer palavra, frase ou termo específico, compostos por qualquer conjunto de caracteres, seja realizada a consulta destes conteúdos informados nos repositórios dos websites, incluindo os conteúdos de arquivos com as extensões PDF, TXT e HTML, além dos registros de dados incorporados ao Sistema Gerenciador de Bancos de Dados:

1.7.5.19.4 - Permitir que o internauta parametrize em qual módulo se fará a busca, assim como ordenar por data de inserção dos conteúdos nos repositórios dos websites, em que a consulta irá atuar;

1.7.5.19.5 - Exibir a quantidade total de conteúdos resultantes da consulta e a quantidade específica de conteúdos encontrados;

1.7.5.19.6 - Exibir os conteúdos correspondentes aos resultados da consulta, classificados pelos Módulos de Serviço;

1.7.5.20 - CONVÊNIOS - Deverá permitir a disponibilização de todas as informações acerca dos convênios celebrados pela instituição, exibindo seu detalhamento, contratos, termos aditivos, etc;

1.7.6 - Os serviços de hospedagem, servidor e armazenamento deverão seguir as disposições descritas abaixo:



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

1.7.6.1 - O Servidor que hospedará o portal/site deverá possuir certificação Tier III;

1.7.7 - Constituem requisitos mínimos de segurança:

1.7.7.1 - A CONTRATADA deverá dispor de rotinas implantadas de Backup e Restore de dados relacionados ao sítio eletrônico e aos serviços de correio eletrônico da CONTRATANTE, devendo oferecer, minimamente, uma rotina de backup semanal;

1.7.7.2 - Os serviços HTTP, IMAP, POP3 e SMTP fornecidos pelo centro de hospedagem de dados deverão ser, obrigatoriamente, acessados através de conexões criptografadas utilizando camadas de segurança SSL/TLS;

1.7.7.2.1 - Todos os custos referentes a aquisição e renovação dos certificados SSL serão responsabilidades da empresa CONTRATADA;

1.7.7.3 - Proteção por IPs contra acessos externo a área

administrativa;

1.7.7.4 - Proteção contra ataques DDoS (Denial of Service);

1.7.7.5 - Código totalmente protegido contra SQL Injection;

1.7.7.6 - Códigos Criptografados;

1.7.7.7 - Segurança da Área administrativa com certificado SSL

(HTTPS);

corporativo;

1.7.8 - São requisitos mínimos para as contas de e-mails:

1.7.8.1 - Fornecimento de 07 (sete) contas de e-mail institucional;
1.7.8.1.1 - A capacidade de cada conta de e-mail deve ser de 25GB (vinte e cinco gigabytes) de espaço, sendo todas as contas de e-mail

1.7.8.2 - Será necessário a migração das contas de webmails atuais para o novo servidor de webmail sendo de responsabilidade da CONTRATANTE, informar o login e a senha de todos os e-mails para que a contratada realize o backup dos e-mails afim de transferir para as novas contas de e-mail, de maneira que não se perca nenhum e-mail da caixa de entrada e da caixa de e-mails enviados:

1.7.8.3 - O número máximo de contas para migração de e-mails é de 07 (sete) contas;

1.7.8.4 - A CONTRATADA fornecerá a CONTRATANTE uma conta administradora para excluir, alterar, acrescentar e administrar os e-mails existentes em plataforma de acesso exclusiva;

1.7.8.5 - Webmail deve ser totalmente em linguagem português

Brasil;

dos arquivos;

1.7.8.6 - O Webmail deve ser totalmente seguro com recursos antispam, antivírus, acesso seguro (SSL/TLS);

1.7.8.7 - Devem ser realizados Backups diários para segurança

1.7.8.8 - Painel de Controle em Português:

1.7.8.9 - Servidor POP3/IMAP/SMTP próprio com autenticação;

1.7.8.10 - Permitir Certificado MIME;

1.7.8.11 - Criptografia SSL e TLS;



mercado;

Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

1.7.8.12 - Regras de filtragem de mensagens à critério do gestor;

1.7.8.13 - Regras de filtragem de mensagem à critério do usuário;

1.7.8.14 - Encaminhamentos automáticos:

1.7.8.15 - Ordenação crescente e decrescente para: assunto, remetente, destinatário e data;

1.7.8.16 - Ordenação de mensagens em pastas e subpastas;

1.7.8.17 - Acesso online através dos principais navegadores padrões de mercado;

1.7.8.18 - Acesso através dos principais clientes de e-mail de

1.7.8.19 - Deverá funcionar adequadamente em smartphones;

1.7.8.20 - AntiSpam deverá ter recurso de aprendizagem automática, dispensando a necessidade de intervenção manual;

1.7.8.21 - Proteção que garanta que o serviço de e-mail não permaneça em RBLs ou DNSBLs (Blacklists);

1.7.8.22 – Todos os e-mails devem ter a extensão "@bomjardim.rj.leg.br";

- **1.8** É de responsabilidade da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis, fazer a atualização dos dados cadastrais do endereço https://www.bomjardim.rj.leg.br/ junto ao Senado Federal;
- **1.9 -** É de responsabilidade da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis, fazer a atualização dos dados cadastrais do endereço e https://www.bomjardim.rj.leg.br/ e https://www.camarabomjardim.rj.gov.br/ junto ao PRODERJ;
- 1.10 A CONTRATADA terá que publicar as informações enviadas pela CONTRATANTE no prazo de 01 (uma) hora após o envio da correspondência eletrônica;
- **1.10.1 –** O envio das informações se dará por meio de correspondência eletrônica para o endereço indicado pela empresa;
- 1.10.1 O início da contagem do prazo se dará independentemente da manifestação de ciência do recebimento da correspondência eletrônica pela contratada;
- **1.10.3 –** Para as informações que deverão ser publicadas no mesmo dia do envio, a CONTRATANTE deverá enviar a correspondência eletrônica das 08:00h às 18:00h.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Alínea "b")

2.1 - Justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar - ETP.

2.2 - REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

2.2.1 – Este Termo de Referência – TR foi elaborado conforme o Estudo Técnico Preliminar – ETP constante deste processo.



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com CNPJ 00.495.116/0001-49

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Alínea "c")

- 3.1 A solução que se busca para a prestação de serviços de desenvolvimento e implantação de um sistema web do portal oficial da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ deve englobar uma série de aspectos, visando atender às necessidades específicas dessa instituição pública. A seguir, estão os principais componentes dessa solução:
- ✓ **Objetivo:** Entender as necessidades da Câmara Municipal, incluindo a criação de um portal acessível, interativo e que atenda às demandas de transparência pública.
- ✓ Entrevistas e levantamentos: Com a equipe técnica da Câmara, assessores e usuários finais para entender os principais requisitos.
- ✓ MVP (Produto Mínimo Viável): Definir funcionalidades essenciais, como publicações de atos legislativos, visualização de pautas de sessões, transparência orçamentária e consulta a documentos.
- ✓ **Tecnologia a ser utilizada:** O portal pode ser desenvolvido utilizando tecnologias como HTML, CSS, JavaScript, e frameworks como React, Angular ou Vue.js para o frontend, e PHP, Python, Node.js ou Java para o backend.
- ✓ **Responsividade:** O site deve ser otimizado para diferentes dispositivos (desktop, tablet, e dispositivos móveis).
- ✓ **Acessibilidade:** A solução deve seguir as diretrizes de acessibilidade para garantir que o portal seja acessível a todas as pessoas, incluindo portadores de deficiências.
- ✓ **Gestão de Conteúdo:** O portal deve contar com um CMS (Content Management System), que permitirá à equipe da Câmara gerenciar o conteúdo sem necessidade de conhecimentos técnicos avançados. Exemplos: WordPress, Joomla ou uma plataforma customizada.
- ✓ **Hospedagem:** Escolher um serviço de hospedagem robusto e seguro, podendo ser uma nuvem pública (AWS, Google Cloud, Azure) ou servidores dedicados.
- ✓ **Segurança:** Implementar protocolos de segurança, como HTTPS, criptografia de dados sensíveis, autenticação de usuários e sistemas de proteção contra ataques como DDoS.
- ✓ **Backup e recuperação de dados:** Implementação de soluções de backup automáticas e políticas de recuperação em caso de falha.
- ✓ **Publicação de Atos Oficiais:** O portal deve permitir a publicação de documentos como leis, decretos, resoluções, atas de sessões e outros atos legislativos.
- ✓ Consulta à Pauta de Sessões e Audiências Públicas: Disponibilizar informações sobre as pautas das sessões, incluindo a transmissão ao vivo (se possível), agenda de audiências e participação do público.
- ✓ **Transparência e Acesso à Informação:** Disponibilizar dados relacionados ao orçamento público, despesas, contratos e licitações.
- ✓ Interatividade com o Cidadão: Formulários de contato, ouvidoria, envio de sugestões e reclamações, entre outros.



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

- ✓ Integração com Redes Sociais e Serviços de Comunicação: O portal deve permitir a integração com redes sociais e enviar notificações aos cidadãos sobre novidades e atualizações.
- ✓ **Treinamento de Usuários:** Fornecer treinamento para os servidores da Câmara Municipal, garantindo que eles saibam utilizar a plataforma para atualizações, edições e manutenções.
- ✓ **Documentação Técnica e Manual de Uso:** Criar uma documentação detalhada tanto para o uso quanto para a manutenção do sistema, garantindo a autonomia da equipe.
- ✓ **Suporte contínuo:** Disponibilizar suporte técnico para resolver problemas que possam surgir durante o uso do portal.
- ✓ Atualizações e melhorias contínuas: Definir um processo para atualizações regulares de software, implementando novas funcionalidades ou melhorando as existentes, com base no feedback dos usuários e nas necessidades institucionais.
- ✓ Conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados): Implementar políticas de privacidade e segurança que atendam às exigências da LGPD, protegendo dados pessoais dos cidadãos que utilizam o portal.
- ✓ Conformidade com a Lei de Acesso à Informação: Garantir que o portal atenda a todas as exigências da LAI, possibilitando o fácil acesso a documentos e informações públicas.

A solução que se busca envolve uma abordagem técnica sólida, focada na transparência, usabilidade e segurança, além de garantir que o portal da Câmara Municipal atenda às necessidades da instituição e da população, cumprindo as obrigações legais e promovendo a participação cidadã.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Alínea "d") 4.1 – HABILITAÇÃO

- **4.1.1** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da empresa cuia proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.
- **4.1.1.1** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- **4.1.2** Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio de campo próprio do sistema, caso não estejam contemplados no Sicaf e quando solicitado pela Agente de Contratação, até a conclusão da fase de habilitação.
 - **4.1.3 –** Para fins de **Regularidade Fiscal**, deverão ser apresentados:
- **4.1.3.1 –** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual e licitado:
- **4.1.3.2 –** Comprovante de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes CNPJ;



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

4.1.3.3 – Certidão de Regularidade com a Seguridade Social (INSS);

4.1.3.4 – Certidão de Regularidade com o FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

4.1.3.5 – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

4.1.3.6 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais, inclusive Dívida Ativa, do domicílio ou sede da licitante;

4.1.3.6.1 – Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.

4.1.3.7 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal, inclusive Dívida Ativa, do domicílio ou sede da licitante;

4.1.3.8 – Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei Federal nº12.440/2011 – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

4.1.4 - A Agente de Contratação poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das empresas.

4.1.4.1 - Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema **http://www.comprasnet.gov.br** poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pela Agente de Contratação.

4.1.4.1.1 - Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ, situado na Praça Coronel Monnerat, 252, Centro, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000.

4.1.4.2 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da empresa, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

4.1.4.3 - Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

4.1.4.4 - Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.1.4.4.1 - O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

4.1.4.4.2 - A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela empresa, mediante apresentação de justificativa.

4.1.4.5 - A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo





Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

das sanções previstas neste aviso de dispensa eletrônica, e facultará ao Agente de Contratação convocar as empresas remanescentes, na ordem de classificação.

- **4.1.5** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste aviso de dispensa eletrônica, a empresa será declarada vencedora.
- **4.1.6** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- **4.1.6.1** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas empresas e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da dispensa eletrônica;
- **4.1.6.2 -** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- **4.1.7** Na análise dos documentos de habilitação, a Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

4.1.8 - DAS MICROEMPRESAS OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.1.8.1 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, procederse-á da seguinte forma:

4.1.8.1.1 - Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.1.8.1.2 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

4.1.8.1.3 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, a dispensa eletrônica prossegue com as demais empresas.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO (Alínea "e")

- **5.1** A Administração emitirá nota de empenho ou documento equivalente, com a quantidade e identificação dos bens que serão fornecidos, o local da execução, o prazo máximo para início e conclusão, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem;
- **5.2** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser refeitos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

- **5.3** O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- **5.4** A execução do contrato reputa-se concluída quando as obrigações da Administração e da CONTRATADA forem integralmente cumpridos, após a conclusão do serviço objeto desta contratação, decorridos os prazos de garantia legal e contratual, e realizado o respectivo pagamento;

5.5 - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **5.5.1** A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto;
- **5.5.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);
- **5.5.3** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração o serviço que não esteja a contento da Administração;
- **5.5.4** Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega ou realização do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **5.5.5** A empresa deverá fornecer mão de obra especializada para a execução do serviço, bem como deverá se responsabilizar por todo o material a ser utilizado na instalação;
- **5.5.6** Adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias, para assegurar a execução do objeto da presente solicitação;
- **5.5.7** Garantir que as especificações dos equipamentos e materiais cumpram às normas técnicas pertinentes;
- **5.5.8** Apresentar documentos, relatórios ou demais informações necessárias à execução do contrato;
- **5.5.9** A empresa deverá ser responsável por qualquer dano causado aos equipamentos ou qualquer outro dano ao imóvel da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ durante a execução dos serviços:
- **5.5.10 -** Indenizar quaisquer prejuízos, causados por seus empregados ou prepostos, dolosa ou culposamente, aos bens patrimoniais de propriedade da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ ou de terceiros, na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- **5.5.11 -** Executar os serviços dentro dos prazos ajustados, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
- **5.5.12 -** Disponibilizar mão-de-obra, materiais e equipamentos em quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços;
- **5.5.13 -** Ter, em seu quadro, pessoal tecnicamente qualificado para execução do serviço contratado;
- **5.5.14 -** Refazer, às suas expensas, o serviço que tenham comprovadamente sido executados com erros ou imperfeição técnica;
- **5.5.15** Assumir total responsabilidade por todos os danos eventualmente causados a pessoas e ao patrimônio, quando comprovadamente tenha



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

ocorrido por negligência e/ou inabilidade dos funcionários da contratada, esta promoverá a quem de direito o ressarcimento dos danos, quando da execução dos serviços;

- **5.5.16** Aceitar como válidos todos os expedientes enviados por e-mail ao endereço eletrônico indicado pelo fornecedor, inclusive as Notas de Empenho;
- **5.5.17 -** Encaminhar dados bancários na Nota Fiscal, inclusive o pix da empresa;
- **5.5.18** Cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, fiscal, trabalhista, previdenciária, assumindo todas as obrigações e encargos legais inerentes e respondendo integralmente pelos ônus resultantes das infrações cometidas:
- **5.5.19** Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e demais despesas relativas à prestação de serviço;
- **5.5.20 -** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- **5.5.21 -** Fornecer itens novos, de boa qualidade e em absoluta conformidade com o Termo de Referência;
- **5.5.22 -** Indicar endereço eletrônico (e-mail) para o recebimento de expedientes/notificações enviadas pela Câmara Municipal de Bom Jardim;
- **5.5.23** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

5.6 - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.6.1 Emitir a nota de empenho ou documento equivalente e verificar se o objeto foi apresentado no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- **5.6.2** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- **5.6.3** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;
- **5.6.4** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- **5.6.5** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- **5.6.6** Exercer a fiscalização através de servidor especialmente designado, verificando se no desenvolvimento dos trabalhos está sendo cumpridas as especificações previstas no Termo de Referência de forma satisfatória, documentando quaisquer ocorrências;





Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com CNPJ 00.495.116/0001-49

5.6.7 - Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao representante da contratada, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo:

5.6.8 - Prestar, ao representante da contratada, todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

5.6.9 - Atestar e encaminhar a nota fiscal para pagamento, conforme previsto no Termo de Referência;

5.6.10 - Manifestar-se, por escrito, em todos os atos relativos à execução.

5.7 - PENALIDADES

5.7.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela inobservância das regras estabelecidas neste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita aos termos do disposto nos artigos 155 e segs. da Lei Federal nº 14.133/21 e da Resolução nº 44/2024 da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ, sendolhe aplicada, garantidas a prévia defesa, as seguintes penalidades:

5.7.1.1 - Advertência:

5.7.1.2 - Multa;

5.7.1.3 - Impedimento de licitar e contratar;

5.7.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

5.7.2 - A sanção de advertência, prevista no art. 156, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada pela infração administrativa prevista de dar causa à inexecução parcial do contrato, prevista no art. 155, inc. I, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

5.7.3 - A sanção de multa, prevista no art. 156, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada na forma deste Termo de Referência, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do objeto solicitado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

5.7.4 - A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 156, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas de dar causa à inexecução parcial do Termo de Referência que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do Termo de Referência; deixar de entregar a documentação exigida para o processo; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do Termo de Referência sem motivo justificado; previstas no art. 155, inc. II, III, IV, V, VI e VII, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

5.7.5 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo ou prestar declaração falsa durante a



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

execução do objeto; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar o objetivo; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; previstas no art. 155, inc. VIII, IX, X, XI e XII, desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- **5.7.6** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, estabelecida no art. 156, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
- **5.7.6.1 -** Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de Ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- **5.7.6.2** Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
- **5.7.7** As sanções de advertência; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; prevista no art. 156, inc. I, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, prevista no inciso II do caput deste artigo.
- **5.7.8** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- **5.7.9** A aplicação das sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- **5.7.10 -** O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará à empresa vencedora a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência.
- **5.7.10.1 -** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.
- **5.7.11 -** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
 - 5.7.11.1 Reparação integral do dano causado à Administração

Pública;

5.7.11.2 - Pagamento da multa;



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

5.7.11.3 - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

5.7.11.4 - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

5.7.11.5 - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo;

5.7.12 - A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

5.8 - SUBCONTRATAÇÃO

5.8.1 - Não será admitida subcontratação para o presente objeto.

5.9 - GARANTIA DE EXECUÇÃO

5.9.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

5.10 – CRITÉRIOS DE REAJUSTE

5.10.1 - Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

- **5.10.2 -** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPC-A exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- **5.10.3 -** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- **5.10.4** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Administração pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;
- **5.10.5** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- **5.10.6** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (Alínea "f") 6.1 – GESTÃO DO CONTRATO

6.1.1 - DO GESTOR DE CONTRATO:

6.1.1.1 - A Resolução nº 003/2023, de 10 de abril de 2023, da Câmara Municipal de Bom Jardim estabelece em seu art. 9º:

"Art. 9° - O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pelo Presidente, ou por quem esse delegar, preferencialmente entre os servidores efetivos, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

I - Analisar a documentação que antecede o pagamento;



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

- II Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal;
- IV Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- VII Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - VII Outras atividades compatíveis com a função.

6.1.2 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO CONTRATO

6.1.2.1 - Será responsável pela Gestão do Contrato a servidora Nathalia Stutz Amaral, Matrícula 12/0180 GPC, Responsável por Bens em Almoxarifado, Patrimônio e Serviços, conforme Portaria nº 001/2025, da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ.

6.2 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- **6.2.1 -** A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- **6.2.1.2 -** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
- **6.2.2** A fiscalização de que se trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- **6.2.3** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Termo de Referência, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.2.4 - DO FISCAL DE CONTRATO

- **6.2.4.1 -** A Resolução nº 003/2023, de 10 de abril de 2023, da Câmara Municipal de Bom Jardim estabelece em seus artigos 10 e 11:
- "Art. 10 O fiscal de contrato é o servidor, preferencialmente efetivo, designado pelo Presidente, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços."
- § 1°. O fiscal de contrato deve anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- §2°. A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Regulamento.
- Art.11 A função de fiscal de contrato deve ser atribuída ao servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

- I Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei:
- II Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;
- III Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados e/ou aos materiais fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.
- IV Realizar tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;
- V Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
 - VI Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária.

6.2.5 - FISCAL DO CONTRATO

6.2.5.1 - A fiscalização e o acompanhamento da entrega dos produtos solicitados serão efetuados pela servidora Glaciete Vieira Seixas, Matrícula 12/0189 GPC, Auxiliar de Serviços Gerais, conforme Portaria nº 006/2025, da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Alínea "g") 7.1 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

7.1.1 - A medição será realizada mensalmente com base na **qualidade dos serviços** prestados, conforme inspeção técnica do fiscal do contrato. A aceitação dos serviços será dada conforme a conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos no contrato.

7.2 - PAGAMENTO

- 7.2.1 O pagamento deverá ser efetuado, mensalmente, em parcelas, mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica;
- 7.2.2 O pagamento será feito através de depósito em conta corrente, por boleto bancário, ou via PIX, informado pela CONTRATADA, na forma da legislação vigente, em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal eletrônica.
- **7.2.3** Os documentos fiscais serão emitidos em nome da CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM, CNPJ 00.495.116/0001-49, Praça Coronel Monnerat, 252 Centro Bom Jardim;
- **7.2.4** Caso o valor contratado seja menor do que o valor contido na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 70, inc. III, qual seja, 1/4 (um quarto) do limite de dispensa





(INSS);

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com CNPJ 00.495.116/0001-49

para contratação, a CONTRATADA deverá apresentar junto aos documentos fiscais, somente os documentos de regularidade fiscal e trabalhista com validade atualizada:

7.2.4.1 - Certidão de Regularidade com a Seguridade Social

7.2.4.2 – Certidão de Regularidade com o FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.2.4.3 – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

7.2.4.4 - Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei Federal nº12.440/2011 – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.2.5 - Após a conclusão do serviço do objeto contratado, a Administração incluirá o crédito da CONTRATADA na respectiva fila de pagamento, a fim de garantir o pagamento em obediência à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos;

7.2.6 - A ordem de pagamento poderá ser alterada por despacho fundamentado da autoridade superior, nas hipóteses de:

7.2.6.1 - Haver suspensão do pagamento do crédito;

7.2.6.2 - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

7.2.6.3 - Haver seguros veiculares e imobiliários;

7.2.6.4 - Evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Administração ou para restaurá-los;

7.2.6.5 - Cumprimento de ordem judicial ou decisão de Tribunal

7.2.6.6 - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

7.2.6.7 - Ocorrência de casos fortuitos ou força maior;

7.2.6.8 - Créditos decorrentes de empréstimos e financiamentos

bancários;

de Contas;

7.2.6.9 - Outros motivos de relevante interesse público, devidamente comprovados e motivados;

7.2.7 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a Administração para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada, justificada e devidamente comprovada pela CONTRATADA;

7.2.8 - É vedado à CONTRATADA a cessão de crédito para instituições financeiras decorrentes dos pagamentos futuros dispostos neste Termo de Referência, ressalvada a hipótese do art. 46 da Lei Complementar nº 123/06;



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com CNPJ 00.495.116/0001-49

7.2.9 - O pagamento será suspenso, por meio de decisão motivada dos servidores competentes, em caso de constada irregularidade na documentação da

7.2.10 - Deverá a empresa vencedora observar a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 e suas alterações, a fim de retenção de imposto de renda.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Alínea "h")

8.1 – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1.1 - A forma de seleção será através da **DISPENSA ELETRÔNICA** baseada no **valor estimado da contratação**.

8.2 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

CONTRATADA ou irregularidade durante o processo de liquidação.

8.2.1 - O critério de seleção será **menor preço**, sendo a vencedora a empresa que apresentar a proposta com o menor valor unitário (mensal), atendendo integralmente às exigências do Termo de Referência.

8.3 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- **8.3.1 -** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO.**
- **8.3.2** A Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto;
- **8.3.2.1** A Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão;
- **8.3.2.2 -** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Termo de Referência, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
- **8.3.2.3** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da empresa, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- **8.3.2.4 -** Não serão aceitas propostas com valores unitários superiores aos estimados cadastrados no sistema;
 - **8.3.2.5 -** Será desclassificada a proposta que:
 - 8.3.2.5.1 Contiver vícios insanáveis;
- **8.3.2.5.2 -** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Termo de Referência;

8.3.2.5.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

8.3.2.5.3.1 - De acordo com a Lei Federal de Licitações nº 14.133/2021, art. 59, § 4º, preços manifestadamente inexequíveis são aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da dispensa;

8.3.2.5.3.1.1 - Conforme art. 34, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 073/2022, em relação a bens e serviços em geral, consideram-se inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado;

8.3.2.5.3.1.2 - A presunção de inexequibilidade estabelecida no art. 59, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021 deve ser interpretada como uma presunção relativa, cabendo à autoridade responsável pela condução do certame licitatório oportunizar à empresa participante a possibilidade de comprovar os valores ofertados em sua proposta de preços.

8.3.2.5.4 - Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Agente de Contratação;

8.3.2.5.4.1 - Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto da Dispensa Eletrônica;

8.3.2.5.4.2 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 e art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade;

8.3.2.5.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Termo de Referência, desde que insanável;

8.3.2.5.6 - Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pela Agente de Contratação;

- **8.3.3** A empresa que abandonar o processo, deixando de enviar a documentação indicada neste Termo de Referência, será desclassificada e sujeitarse-á às sanções previstas neste instrumento;
- **8.3.4 -** Se a proposta não for aceitável, ou se a empresa não atender às exigências de habilitação, a Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Termo de Referência.
- **8.3.5 -** Caso o procedimento de dispensa de licitação seja deserto ou fracassado, pode a Administração adotar uma das seguintes ações:
- **8.3.5.1 -** Na hipótese de licitação fracassada, fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou
- **8.3.5.2** Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, rivilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas:
 - **8.3.5.3** Republicar o procedimento:
- **8.3.6** Em relação ao julgamento das propostas, as situações não previstas neste item serão regidas subsidiariamente pela Instrução Normativa SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021.



Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000 Tel.: (22) 2566-2030 / 2566-2366 E-mail: cmbj.2011@gmail.com

CNPJ 00.495.116/0001-49

9 – ESTIMATIVAS PRÉVIAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Alínea "i")

- **9.1 –** Quadro da estimativa da contratação constante do ETP Estudo Técnico Preliminar.
- **9.2 -** A estimativa do valor da contratação constante do ETP Estudo Técnico Preliminar foi baseada em pesquisas, através da mediana, no ComprasNet, como consta do presente.

10 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Alínea "j")

- **10.1 -** As despesas com a execução dos serviços correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:
 - **10.1.1 -** Órgão: 01 Câmara Municipal
 - **10.1.2 -** Unidade Orçamentária: 01.100 Câmara Municipal
 - **10.1.3 -** Funcional: 010310001 Legislativa
- **10.1.4 -** Projeto/Atividade: 2001000 Manutenção dos Serviços da Câmara Municipal
- **10.1.5 -** Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00.00/4 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
 - **10.1.6 -** Fonte de Recursos: 15000 Ordinários (Impostos)

11 - ENCERRAMENTO

11.1 - O presente Termo de Referência compõe-se de 34 (trinta e quatro) páginas, sendo esta última assinada.

12 - RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Servidora: Glaciete Vieira Seixas

Matrícula: 12/0189 GPC

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

| GLACIETE VIEIRA SEIXAS | |
|-----------------------------|--|
| AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | |

| 13 · | - RESI | 10 9 | NSA | VEL | . Pl | EL/ | A A | PRO | VAÇ | AO | DO | PRO |)JE | ГО |
|------|--------|-------------|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|----|----|-----|-----|----|
| | _ | | _ | | | | _ | | | | | | | |

Carlos Gastão Pinto Carrilho Presidente da Câmara Municipal de Bom Jardim.

| Aprovado em | _// |
|-------------|------------------------------|
| | |
| | CARLOS GASTÃO PINTO CARRILHO |
| | PRESIDENTE |